

**INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR SANT'ANA
GABRIELA DIAS LOPES BRANDÃO**

**O DESAFIO ENCONTRADO PELO PROFESSOR DE ANOS INICIAIS DO
ENSINO FUNDAMENTAL, AO TRABALHAR COM UM ALUNO COM
TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA**

**PONTA GROSSA
2017**

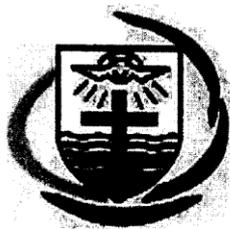
GABRIELA DIAS LOPES BRANDÃO

**O DESAFIO ENCONTRADO PELO PROFESSOR DE ANOS INICIAIS DO
ENSINO FUNDAMENTAL, AO TRABALHAR COM UM ALUNO COM
TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA**

Trabalho de Conclusão de Curso
elaborado como requisito para obtenção
do título de Licenciada em Pedagogia na
Faculdade Sant'Ana.

Prof.^a Orientadora: Lucimara Glap

**PONTA GROSSA
2017**



INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO SANT'ANA

CURSO DE PEDAGOGIA

TERMO DE APROVAÇÃO

GABRIELA DIAS LOPES BRANDÃO

**O DESAFIO ENCONTRADO PELO PROFESSOR DE ANOS INICIAIS DO
ENSINO FUNDAMENTAL AO TRABALHAR COM UM ALUNO COM
TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA**

Trabalho de conclusão de curso aprovado como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado no Curso de Pedagogia, do Instituto Superior de Educação Sant'Ana, com a seguinte banca avaliadora:

Orientadora Prof^a. Ms Lucimara Glap 

Banca Prof^a Ms Anália Maria de Fátima Costa 

Banca Prof^a Esp. Jocasta Conceição Stadler 

Ponta Grossa, 27 de novembro de 2017

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente à Deus, por me permitir ter saúde para buscar realizar meu sonho de me graduar em Licenciatura em Pedagogia. Obrigado Deus por sempre abençoar a minha vida e me dar forças em minha jornada para chegar até aqui. Obrigado Deus por ser o grande Mestre em minha vida.

Dedico esse trabalho também à minha família, graças a eles hoje eu me tornei essa mulher que eu sou, agradeço especialmente a minha mãe e a minha avó pelos seus ensinamentos, graças a todos os esforços que elas tiveram para me educar, e dar a mim a melhor formação possível, hoje eu concluo mais uma etapa em minha vida.

Por fim dedico meu trabalho a Faculdade Sant'Ana, direção, administração, corpo docente. Todos foram de extrema importância em minha vida acadêmica, graças às orientações e ensinamentos de meus educadores pude ampliar meu horizonte em relação ao mundo a minha volta, sendo assim posso dizer que sou uma pessoa muito melhor daquela que iniciou os estudos em 2015.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por sempre me guiar para um caminho de fé e de grandes realizações, graças a Ele hoje eu estou concluindo mais uma etapa, graças às escolhas que eu fiz e pude chegar até aqui.

Agradeço em especial a minha querida professora orientadora, Ms. Lucimara Glap, que teve paciência, dedicação, e me ajudou a concluir este trabalho.

Agradeço também os grandes mestres que passaram por minha vida acadêmica, cada um plantando uma sementinha do conhecimento, graças a ele eu vejo a jornada do professor de forma diferente.

As minhas colegas de classe eu desejo um caminho glorioso, e que todas dêem o seu melhor para que consigamos mudar a realidade presente na educação do Brasil.

As minhas queridas amigas Débora e Paola eu agradeço pela paciência que tiveram comigo nesses três anos em que permanecemos juntas na faculdade, agradeço todas as trocas de aprendizagens que fizemos.

Finalizo agradecendo imensamente a minha querida e amada família, graças a todo o incentivo em procurar ser alguém melhor que eu concluo a minha formação acadêmica. Obrigada mãe, obrigada vó, eu amo vocês.

"Há homens que lutam por um dia e são bons; há outros que lutam por um ano e são melhores; há outros, ainda que lutam por muitos anos e são muito bons; há, porém, os que lutam por toda a vida, estes são os imprescindíveis."
(Bertold Brecht)

RESUMO

O autismo é caracterizado na maioria das vezes pela ausência da fala e interação com os outros, movimentos repetitivos atípicos. Estas e outras características podem levar a um isolamento contínuo da criança, com a sua família e o mundo a sua volta. Hoje em dia existem várias pesquisas sobre a inclusão dos alunos com necessidades especiais no contexto das escolas de ensino regular, oportunizando a essas crianças o convívio com outras da mesma faixa etária, constituindo-se num espaço de aprendizagem e de desenvolvimento. A inclusão dos alunos com necessidades especiais em salas de ensino regular se tornou uma prática cada vez mais evidente nos dias de hoje. Pensando na formação do professor para melhor atender as necessidades do seu aluno especial, o direito a educação é assegurado por várias leis, sendo algumas delas: Constituição Federal -1988 LDBEN- 9.394/94, Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno de Espectro Autista – 12.764- 2012. Desse modo a presente pesquisa tem por finalidade analisar os desafios encontrados pelo professor na inclusão da criança com transtorno de espectro autista no contexto de Ensino Fundamental anos iniciais. Para realização da pesquisa, que tem como abordagem a pesquisa qualitativa, utilizou como procedimento técnico a pesquisa de campo, na turma do 2º ano do Ensino Fundamental. Como instrumento de coleta de dados foi elaborado um questionário com 11 questões abertas a professora regente de turma e co-regente.

Palavras chave: Transtorno de espectro autismo. Inclusão. Formação dos professores.

LISTA DE PALAVRAS

APA: American Psychiatric Association (Associação Americana de Psiquiatria);

CNE: Conselho Nacional de Educação;

CEB: Campanha Energética de Brasília;

DSM-IV-TR: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos atípicos;

ECA: Estatuto da Criança e Adolescente;

LDBEN: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC: Ministério da Educação e Cultura;

PNE: Plano Nacional da Educação;

SEESP: Secretaria da Educação do Estado de São Paulo;

TEA: Transtorno de Espectro Autista.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO
CAPÍTULO 1 – CONTEXTO HISTÓRICO DO TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISMO.....	1
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA.....	1
CAPÍTULO 2 – L INCLUSÃO MARCOS LEGAIS DA INCLUSÃO.....	8
2.1 LEGISLAÇÃO ACERCA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	8
CAPÍTULO 3 – A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES VOLTADA PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL	16
3.1 FORMAÇÃO DO PROFESSOR NO BRASIL: PRESSUPOSTOS HISTÓRICOS.....	16
CAPÍTULO 4 - ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA METODOLÓGICA.....	22
4.1 Procedimentos metodológicos.....	23
4.2 Caracterização dos sujeitos da pesquisa.....	24
4.3 Análise da opinião dos sujeitos da pesquisa.....	24
4.3.1 Conhecimento sobre TEA.....	24
4.3.2 Interação do aluno autista com os demais.....	25
4.3.3 Acesso ao laudo médico por parte do professor.....	26
4.3.4 Trabalho diferenciado.....	26
4.3.5 Dificuldades encontradas no trabalho com aluno autista.....	26
4.3.6 Formação voltada a Educação Especial.....	27
4.3.7 Relação ao trabalho voltado com aluno autista.....	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	30
APÊNDICES	33

Apêndice A.....	34
Apêndice B.....	37
Apêndice C.....	40
ANEXOS	43
Anexo A.....	44
Anexo B.....	54

1 INTRODUÇÃO

A temática apresentada não é recente, mas ainda suscita muitas discussões no campo acadêmico por caracterizar-se como uma das principais dificuldades enfrentadas pelo docente no seu espaço de atuação.

A pesquisadora sempre teve curiosidade sobre a temática de inclusão, quando a pesquisadora se deparou com um aluno incluso em sua sala de aula a vontade de se aprimorar sobre o tema aflorou ainda mais.

Assim, a referida pesquisa tem como problemática: Qual é a postura do professor de Ensino Fundamental anos iniciais, frente ao trabalho com crianças com Transtorno de Espectro Autismo?. Como objetivo geral, analisar o desafio enfrentado pelo professor na inclusão da criança com transtorno de espectro autista, no contexto de Ensino Fundamental anos iniciais. E como objetivos específicos: Estudar sobre o transtorno de espectro autista; Averiguar como é realizado o trabalho pedagógico do professor de anos iniciais do Ensino Fundamental, em relação às crianças com transtorno de espectro autista; Apontar as leis que garantem o acesso e permanência do aluno incluso nas salas da rede regular de ensino.

O tema pesquisado busca ampliar os conhecimentos e compreensão do tema abordado, por parte da pesquisadora, visando o aperfeiçoamento pessoal e profissional a respeito da temática.

O trabalho está organizado em quatro capítulos, sendo eles: Contexto histórico do transtorno de espectro autismo; Inclusão marcos legais da inclusão; A formação dos professores voltada para a educação especial; Análise dos dados coletados: fundamentação teórica metodológica.

Parte-se do pressuposto que toda criança, indistintamente, tenha assegurado as mesmas condições de acesso, permanência e sucesso escolar. Assim, e de acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil-1988, em todo contexto social deve-se:

Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º inciso IV). Define, ainda, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na

escola” como um dos princípios para o ensino e garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208).

Desse modo, perante a Constituição, as crianças especiais devem ter a sua permanência garantida nas escolas da rede regular de ensino, visando a igualdade de cidadania e buscando a qualificação para o trabalho. A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN) 9394/96 em seu artigo 59 também traz asseguro aos alunos especiais a condição do aprender, dentro de suas limitações.

No artigo 59 da LDBEN- 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental em virtude de suas deficiências.

Assim, por meio, da LDBEN 9.394/96 a escola deve assegurar que o aluno com deficiência tenha um currículo diferenciado, que atenda às necessidades individuais do educando e essa questão está ligada intrinsecamente a forma como o professor direciona seu planejamento. Para tanto, também se faz necessário a compreensão desse universo.

A presente pesquisa terá como finalidade o enriquecimento profissional e pessoal da pesquisadora e o seu aprimoramento sobre a temática de inclusão de alunos com Transtorno de Espectro Autista (TEA) no contexto de Ensino Fundamental. Assim, a pesquisa contribuirá com a comunidade acadêmica, pois, o tema abordado, ainda é, tema de muitas dúvidas.

CAPÍTULO 1

CONTEXTO HISTÓRICO DO TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISMO

Neste primeiro capítulo abordaremos as questões históricas relativas ao Transtorno de Espectro Autista, contextualizando historicamente a origem da palavra AUTISMO e outras abordagens referentes à temática.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

De todas as doenças neurológicas já descritas, podemos afirmar que foram poucas as que causaram, e ainda causam tanta dúvida, quanto o autismo. Podemos atribuir isto ao fato de que, ainda, não existem exames capazes de determinar o diagnóstico do autismo, pois o diagnóstico é realizado, somente, com base na avaliação médica e na observação do comportamento da criança/ adulto (STELZER, 2010).

A pessoa com transtorno de espectro autista, ainda nos dias de hoje recebem os mais diferentes diagnósticos médicos, e isso se deu por conta da dificuldade de um diagnóstico precoce e preciso, sendo eles: transtorno obsessivo-compulsivo, personalidade esquizoide, esquizofrenia, transtornos de humor, deficiência mental isolada. O quadro clínico do autismo já foi bem descrito e caracterizado, manifestando-se por comprometimento do relacionamento social, por repertório repetitivo e estereotipado de comportamentos, por dificuldades de linguagem e por insistência em determinadas rotinas não funcionais.

Segundo BENDER (1959, p.43- 45) a origem da palavra Autismo vem do grego: "autos" significa "próprio" mais tarde descrito como: "pessoa em que vive em seu próprio mundo, uma pessoa isolada, reclusa".

As manifestações do autismo são extremamente variáveis, como na maioria das vezes indo do extremo com ausência de desenvolvimento da linguagem, retraimento social importante e dependência nas atividades de vida diária, até mesmo aqueles que frequentam e concluem o ensino superior atingindo certa desenvoltura social, mantendo algumas dificuldades de comunicação e de interação social.

Essas variáveis podem causar em algumas pessoas certo estranhamento. Mas, a deficiência mental não é uma das características diagnósticas para o autismo. Da mesma forma, os *savants*¹, autistas que desenvolvem habilidades especiais, são extremamente raros. As manifestações estão presentes sempre na infância, geralmente antes dos trinta meses. Esta condição persiste durante toda a vida do indivíduo, geralmente modificando-se ao longo dos anos (RAPIN, 1997; DSM-IV-TR, 2005).

Outro pesquisador da área da Psicanálise é o Frances Éric Laurent 2014 que traz em seu livro "A batalha do Autismo", outro atributo aos *savants*, buscando a diferenciação dos outros autismos existentes:

[...] O autista de alto nível observa e descreve seu funcionamento próprio, bem como o dos demais, sem nenhum obstáculo imaginário. O fato de não ter nenhuma empatia não é apenas uma "deficiência": ele libera de qualquer "compreensão". Cada testemunho é precioso, em sua própria particularidade. (LAURENT, 2014, p. 74)

Os autistas *savants* são pessoas com habilidades superiores aos demais autistas, mas, são incapazes de colocar-se no lugar de outra pessoa e assim ter uma compreensão sobre o que está ocorrendo a sua volta.

Stelzer, (2010, p. 6) nos relata que:

“Historicamente, a psiquiatria demorou muito para reconhecer essa patologia em crianças. Assim, somente em 1867, *Maudsley*, um importante psiquiatra britânico, incluiu em seu livro *Physiology and Pathology of Mind* (Fisiologia e Patologia da Mente), um capítulo destinado especificamente para crianças, denominado de “Insanidade no início da vida”. O capítulo foi somente uma tentativa ainda muito primitiva de correlação de sintomas com estado de desenvolvimento, sugerindo uma classificação que incluía os seguintes diagnósticos: monomania, mania coreica, insanidade catatônica, insanidade epiléptica, insanidade afetiva, melancolia, mania”.

É perceptível que, havia uma dificuldade em descrever as características das crianças Autistas, muitas vezes caracterizando-as crianças como crianças esquizofrênicas, ou com alguma outra necessidade especial.

¹*Savants*: O Savant é, então, o indivíduo que apresenta uma constituição neurológica inconsistente com alguns aspectos do autismo, uma memória bem desenvolvida, e está em um ambiente propício para desenvolver suas habilidades (YOUNG, 2001).

Outro importante fato que contribuiu para o diagnóstico do Autismo foi às pesquisas realizadas por DeSanctis² descritos por (KANNER, 1971 apud STELZER, 2010, p. 7).

"No início do século XX, DeSanctis, na Itália, verificou que entre as crianças portadoras de deficiência mental, havia algumas que desenvolviam sintomas "vesânicos" (psicóticos), o que o levou ao estudo da associação entre deficiência mental e *dementiapræcox* (demência precoce). Em 1906, ele concluiu que algumas crianças, portadoras de deficiência mental, podiam desenvolver sintomas psicóticos, enquanto que outras, sem alterações neurológicas e intelectualmente bem desenvolvidas, eram consideradas como portadoras de "demência precocíssima", pela idade precoce em que os sintomas se iniciavam. Diversos relatos do caso apareceram a seguir dessa data na literatura médica da Europa, mas o termo logo perdeu o sentido, tendo em vista a associação de diferentes quadros clínicos sob o mesmo diagnóstico.

Percebeu-se que as crianças não mantinham apenas um padrão de necessidades especiais e sim um aglomerado de sintomas, podendo ser: deficiência mental, deficiência intelectual, alterações neurológicas, e outros.

Historicamente, o primeiro pesquisador /psiquiatra a usar o tema autismo foi Eugen Bleuler. Ele descreveu um grupo de sintomas que é relacionado à esquizofrenia, a palavra AUTISMO vem do grego "autos" o que significa EU.

Mais tarde surge o psiquiatra austríaco Leo Kanner, Kanner traz a definição de autismo em 1943 no seu artigo intitulado: "Distúrbios autísticos do contato afetivo" (*Autistic disturbances of affective contact*), p.217/250).

As pessoas que são chamadas autistas são crianças que não têm os critérios básicos para estabelecer relações com o outro, podendo ter como característica o um atraso na linguagem, sabendo-se que nos casos mais severos a linguagem não acontece, tendo a incapacidade de lidar com a comunicação, com o outro e com o meio em que está inserido, apresenta agitação e movimentos involuntários repetidos.

Kanner (1943) ressalta que a principal característica dessas crianças é, o "isolamento autístico", que está presente na criança desde o início da vida. Kanner juntamente com o pesquisador Eisenberg descrevem o que se tratava então de um "distúrbio inato" (Eisenberg e Kanner, 1954, p.54,55).

²Sante de Sanctis (Parrano , 7 de Fevereiro de 1862 - Roma , 20 de Fevereiro de 1935) foi um psiquiatra e psicólogo italiano , pode ser considerado um dos fundadores da psicologia e neuropsiquiatria italiano.

Quando Kanner (1943) escolhe o termo “AUTISTA”, ele mostrava a importância que queria atribuir à noção de afastamento social. Infelizmente, o conceito de autismo atribuído por Bleuler (1911), foi fonte de confusão, pois para o autor, o conceito de autismo e de esquizofrenia, se referem a um “retraimento ativo no imaginário”.

Kanner descrevia que as crianças autistas tentavam manter o mundo externo distante. Esta impressão tinha por base diferentes fatores, principalmente a observação de recusa alimentar nos primeiros meses de vida, destacando a comida como a primeira intrusão do mundo externo em nossas vidas (KANNER, 1943 apud STELZER, 2010, p. 10).

Ao mesmo tempo o Austríaco Hans Asperger, psiquiatra de Viena, publicou o seu artigo: “*Autistic psychopathy in Childhood*” (Psicopatologia autista da infância), o seu artigo só foi traduzido do alemão para o inglês 48 anos após a sua publicação, devido aos acontecimentos a Segunda Guerra Mundial (STELZER, 2010).

O que nos chama a atenção é o fato de que, ambos, já descreveram o comportamento infantil das crianças analisadas de maneira quase que idêntica.

Asperger (1943) descreve em seu artigo os meninos com: “inteligência preservada e com desenvolvimento da linguagem normal”, mas que “representavam comportamento autista e comprometimento importante de habilidades sociais e de comunicação” (ASPERGER, 1943, apud STELZER, 2010, p. 12). Desse modo analisa descrevendo onze crianças com as características de autistas, dessas onze crianças três delas não falavam nada e as outras tinham um comprometimento na fala (STELZER, 2010).

Asperger (1943) coloca algumas características sendo fundamentais para o diagnóstico clínico (STELZER, 2010):

- Comprometimento importante do contato afetivo (emocional) com outras pessoas,
- Insistência intensa das suas rotinas,
- Mudez ou anormalidade de fala,
- Fascinação na manipulação de objetos,
- Capacidades visio-espaciais e de memória desenvolvidas, mas com dificuldade de aprendizado importante nas demais áreas.
- Aparência inteligência, alerta e atrativa.

As características descritas acima por Asperger são até hoje observadas para a realização do diagnóstico clínico das crianças com características de Transtorno de Espectro Autista. Podemos observar assim o quão importante ele se tornou para o diagnóstico do autismo.

O conceito inicial para a denominação da Síndrome de Asperger foi desenvolvido por Van Krevelen, em 1963; por Lorna Wing, em 1981 e, mais recentemente, por Christopher Gillberg, em 1998 (BERNEY, 2004, apud STELZER, 2010, p. 13).

Dentro da história do autismo podemos observar que foram empregadas muitas nomenclaturas para se denominar o que temos hoje por Autismo. O autismo para muitos estudiosos era denominado como:

Nos primeiros anos que surgiram à descrição de Kanner. Entre estes, temos o autismo esquizofrênico, de Bender, 1959; *autismus infantus*, de Van Krevelen (1970) triádes de deterioração social, por Rutter; síndromes autistas por Wing, desordens autistas por Coleman e Gillberg (RODRÍGUEZ-BARRIONUEVO, 2002, apud STELZER, 2010).

O autismo descrito inicialmente por Asperger (1943) sofreu grandes alterações até que pudesse ser classificado com mais uma síndrome que compunha o Autismo, atualmente sabemos que o Autismo é uma palavra que abrange várias outras doenças neurológicas, sendo titulada como Transtorno de Espectro Autista (TEA).

Com base nas pesquisas realizadas por Kanner (1943) e Asperger (1943), podemos dizer que o Autismo Infantil não é apenas a condição neuropsiquiátrica da infância. É sim um espectro de características que seguem sempre um padrão. Ainda não se sabe exatamente a causa do autismo, mas o crescente estudo acima do tema aponta que há fortes indícios que o autismo infantil esteja ligado diretamente com os fatores biológicos.

Para Laurent (2014, p.19), "a pedra angular [...] consiste em permitir que cada criança elabore, com seus pais, um caminho próprio". Sendo fundamental para a criança/adolescente a participação dos seus pais na escolha dos melhores caminhos a se percorrer para a vida adulta." Levando em consideração a incrível variedade de sintomas que o denominado transtorno de

espectro autismo abarca". Não esquecendo que cada criança tem as suas peculiaridades.

Portanto é necessária a sensibilidade dos pais para perceber que o seu filho necessita de um olhar diferenciado em prol do seu melhor desenvolvimento.

Assim nos anos de 1990 surge um novo conceito referente a inclusão:

A inclusão, que teve como base a teoria socio-interativista, a qual entende o desenvolvimento humano como resultado das interações sociais. Isso quer dizer que em contato com o meio normal, de modo irrestritivo, o indivíduo com deficiência desenvolve mais amplamente suas capacidades, ainda que com determinadas limitações. (RAMOS, 2016).

A partir de meados do século 90, observou a necessidade de inclusão dos alunos com necessidades especiais, na rede regular de ensino, em prol do melhor desenvolvimento social e interativista com os demais alunos ditos "normais".

Atualmente, de acordo com o DSM-IV-TR³ (APA, 2002, apud, GOMES, 2012),

O autismo caracteriza-se pelo comprometimento severo em três áreas do desenvolvimento: habilidades de interação social recíproca, de comunicação, e presença de comportamentos, interesses e atividades estereotipadas. O comprometimento no desenvolvimento social é caracterizado por dificuldade na interação social recíproca e espontânea, imitação e brincadeira simbólica com outras crianças, afetando, entre outros aspectos, o desenvolvimento de amizades. Quanto ao comprometimento das modalidades de comunicação, é relatado atraso na aquisição de fala e gestos, uso estereotipado e repetitivo da linguagem (repetição de palavras, frases ou mesmo diálogos inteiros, de forma "mecânica") e dificuldades em iniciar e manter uma conversação. Finalmente, podem ocorrer padrões restritos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, como por exemplo, uma adesão inflexível a rotinas. Estes comportamentos são expressos, por exemplo, na insistência em seguir o mesmo trajeto, em uma sequência de atividades domésticas específicas (Ex.: na forma de arrumar a mesa ou o quarto) ou ao enfileirar objetos nas brincadeiras, sem aparente função. Mudanças súbitas nestas rotinas desencadeiam uma grande desorganização do comportamento (Ex.: choro, gritos, agitação), sendo que a organização do ambiente auxilia na prevenção destas crises.

³DSM-IV-TR: O Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (DSM), da American Psychiatric Association, é uma classificação de transtornos mentais e critérios associados elaborada para facilitar o estabelecimento de diagnósticos mais confiáveis desses transtornos. (DSM-V, 2014).

De acordo com o DSM-IV-TR o autismo mais uma vez caracterizado pela falta de interação social, comunicação e comportamento atípico. A rotina é extremamente importante para o autista, quando não cumprida da maneira que ele quer o resultado é catastrófico.

CAPÍTULO 2

INCLUSÃO MARCOS LEGAIS DA INCLUSÃO

Neste segundo capítulo abordaremos os marcos legais que reiteram o direito à aprendizagem das pessoas com deficiência no Brasil e no mundo. Pois, a inclusão das pessoas com deficiência no ambiente escolar, é uma maneira de garantir seu direito à cidadania

2.1 LEGISLAÇÃO ACERCA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

São muitos os instrumentos normativos que contribuem para a validação dos direitos da pessoa com necessidades especiais no âmbito nacional e internacional, dentre eles podemos destacar:

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) que assegura nos artigos 1º, 2º, e 7º que respectivamente:

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos dotados de razão e de consciência, devem agir uns para os outros em espírito de fraternidade.

Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social de fortuna de nascimento ou de qualquer outra situação.

Todos são iguais perante a lei e, sem distinção têm direito a igual proteção da Lei. Todos têm direito de proteção igual contra qualquer discriminação que viole a presente declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, todos os seres nascem livres e iguais em questão de direitos. Sendo esses, assegurados independentemente de cor, sexo, raça, língua, religião. Não podendo ser expostos a qualquer tipo de discriminação, em relação à pessoa com deficiência esses direitos também são sustentados legalmente podendo ser usufruídos com total liberdade.

Em relação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) percebe-se que, o atendimento educacional às pessoas com deficiência passou a ser garantido pela 1ª LDBEN Lei nº 4024/61.

A LDBEN nº. 4.024/61 enfatiza o direito dos “excepcionais” à educação, sendo preferencialmente ofertada nos sistemas regulares de ensino.

Com a elaboração da segunda LDBEN Lei nº. 5.692/71, que altera o texto de lei da primeira LDBEN (4.024/1961), há uma nova definição no Artigo 9º: “tratamento especial” para os alunos com “deficiências físicas, mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação”, uma vez discute a inserção dos alunos com algum tipo de necessidade especial nas salas de aula da rede regular de ensino.

Desse modo, a Constituição Brasileira, de 1988 em seu artigo 3º, inciso IV, postula que se deve “Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, e qualquer outra forma de discriminação” e, no seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, sendo reforçado no artigo 208 “como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino”. Sendo inicialmente garantido pela Constituição Federal dos Direitos Humanos, o ingresso dos alunos com necessidade especiais na rede regular de ensino. Podemos dizer que esse foi um importante marco para a garantia da educação para todos, independentemente das suas condições físicas, psicológicas ou neurológicas.

Outro importante marco na história da Educação Especial é a Declaração Mundial sobre Educação para todos (1990) que ocorreu em Jomtien, Tailândia do dia 5 a 9 de março de 1990 que teve como principal objetivo: “satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem”, completando o objetivo temos os adendos;

1. Cada pessoa – criança, jovem ou adulto – deve estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem. Essas necessidades compreendem tanto os instrumentos essenciais para a aprendizagem (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas), quanto os conteúdos básicos da aprendizagem (como conhecimentos, habilidades, valores e atitudes), necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo. A amplitude das necessidades básicas de aprendizagem

e a maneira de satisfazê-las variam segundo cada país e cada cultura, e, inevitavelmente, mudam com o decorrer do tempo.

2. A satisfação dessas necessidades confere aos membros de uma sociedade a possibilidade e, ao mesmo tempo, a responsabilidade de respeitar e desenvolver sua herança cultural, linguística e espiritual, de promover a educação de outros, de defender a causa da justiça social, de proteger o meio-ambiente e de ser tolerante com os sistemas sociais, políticos e religiosos que difiram dos seus, assegurando respeito aos valores humanistas e aos direitos humanos comumente aceitos, bem como de trabalhar pela paz e pela solidariedade internacionais em um mundo interdependente.

3. Outro objetivo, não menos fundamental, do desenvolvimento da educação, é o enriquecimento dos valores culturais e morais comuns. É nesses valores que os indivíduos e a sociedade encontram sua identidade e sua dignidade.

4. A educação básica é mais do que uma finalidade em si mesma. Ela é a base para a aprendizagem e o desenvolvimento humano permanentes, sobre a qual os países podem construir, sistematicamente, níveis e tipos mais adiantados de educação e capacitação.

No texto da referida declaração podemos perceber a preocupação em ofertar uma educação de qualidade para todos, respeitando e oportunizando as pessoas portadoras de algum tipo de necessidade especial. A educação deve ser primeiramente ofertada na rede regular de ensino, e, quando necessário o aluno deve fazer o acompanhamento também em outras instituições de ensino especializado, afim, de estar atendendo todas as necessidades que o aluno possua.

Ainda falando na Declaração Mundial sobre a Educação para todos no seu artigo 3º se expressa à vontade de “universalizar o acesso à educação e promover a equidade”, em seu adendo nº 1- “A educação básica deve ser proporcionada para todas as crianças, jovem e adulta e, para tanto, é necessário universalizá-la e melhorar a qualidade ofertada, bem como tomar medidas efetivas para reduzir as desigualdades”. E no item nº 5, enfatiza-se que “É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo”. Este é mais um importante documento que assegura a educação para todos,

Nessa mesma linha, a Declaração de Salamanca (1994) ratifica o compromisso com a Educação para Todos e aponta para a necessidade de "todas as pessoas, inclusive aquelas com necessidades educativas especiais, estarem incluídos no sistema comum de educação".

- toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem,
- toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas,
- sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades,
- aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades,
- escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional. (ESPANHA, DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

A presente declaração reafirma a necessidade da educação para todos, sendo inclusas na rede regular de ensino, pois:

O direito de cada criança a educação é proclamado a Declaração Universal dos Direitos Humanos e foi fortemente confirmada pela Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Qualquer pessoa portadora de deficiência tem o direito de expressar seus desejos com relação a sua educação, tanto quanto estes possam ser realizados. Possuem o direito inerente de serem consultados sobre a forma de educação mais apropriada às necessidades, circunstâncias e aspirações de suas crianças (ESPANHA, DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

Sendo assim a Declaração de Salamanca, afirma-se que todas as crianças têm direito à Educação, sendo amparadas por mais esta lei não levando em consideração o tipo de necessidade que apresentam. Os alunos com necessidades especiais devem ter acesso à escola regular, quando possível, sendo asseguradas por um planejamento diferenciado, em busca de garantir-lhes uma educação significativa e de qualidade.

Em relação a nomenclatura “pessoa com deficiência”, a Declaração de Salamanca (1994, p. 2) retrata que,

No contexto dessa estrutura, o termo “necessidades educacionais especiais” refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiência ou dificuldades de aprendizagem. Muitas crianças experimentam dificuldades de aprendizagem e, portanto, possuem necessidades educacionais em algum ponto durante a sua escolarização. As escolas devem buscar formas de especiais em algum ponto durante a sua escolarização escolas educar tais crianças bem-sucedidamente, incluindo aquelas que possuem desvantagem severas. Existe um consenso emergente de que

crianças e jovens com necessidades educacionais especiais devem ser incluídas em arranjos educacionais feitos para a maioria das crianças.

Dessa maneira, todas as crianças e adolescentes que apresentam alguma deficiência têm o direito de estar matriculado e frequentando à sala de aula do ensino regular, recebendo o atendimento especializado suprimindo as suas necessidades.

De acordo com a resolução: CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001:

Art. 1º A presente Resolução institui as Diretrizes Nacionais para a educação de alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, na Educação Básica, em todas as suas etapas e modalidades.

Parágrafo único. O atendimento escolar desses alunos terá início na educação infantil, nas creches e pré-escolas, assegurando-lhes os serviços de educação especial sempre que se evidencie, mediante avaliação e interação com a família e a comunidade, a necessidade de atendimento educacional especializado.

A inserção dos alunos com necessidades especiais é garantida por lei desde a educação infantil, até o ensino médio, contemplando assim todos os níveis da educação básica.

Esta Declaração foi promulgada pelo Decreto 3.956 de oito de 2001, pelo Presidente da república do Brasil, nos seguintes modelos:

Art. 1º Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, apensa por cópia ao presente Decreto, serão executadas e cumpridas tão inteiramente como nela se contem.

Art. 2º São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da Referida Convenção, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, inciso I, da Constituição, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Aprovado pelo Congresso Nacional em 2001 o texto da Convenção Interamericana para a eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência por meio do Decreto Legislativo, reforça a ideia de que deve-se eliminar qualquer forma de discriminação ou preconceito ainda existente em relação as pessoas com deficiência.

Outro fator importante no contexto da Legislação da Educação Especial e a formação do professor, a qual será tratada no próximo capítulo, visando isso a Declaração de Salamanca 1994 propõe:

Treinamento pré-profissional deveria fornecer a todos os estudantes de pedagogia no ensino primário ou secundário, orientação positiva frente à deficiência, desta forma desenvolvendo o entendimento daquilo que pode ser alcançada nas escolas através dos serviços de apoio disponíveis na localidade. O conhecimento e habilidades requeridas dizem respeito principalmente a boa prática de ensino e inclui avaliação de necessidades especiais, adaptação do conteúdo curricular, utilização da tecnologia de assistência, individualização de procedimentos de ensino no sentido de abarcar uma variedade maior de habilidades, etc. Nas escolas práticas de treinamento de professores, atenção especial deveria ser dada a preparação de todos os professores Para que exercitem sua autonomia e apliquem suas habilidades na adaptação do currículo e da instrução no sentido de atender as necessidades especiais dos alunos, bem como no sentido de colaborar com os especialistas e comparar com os pais.

Com base na Declaração citada acima, é importante saber que os profissionais da educação que atendem os alunos portadores de alguma necessidade especial, tenham formação específica para tal, buscando suprir as necessidades que o seu aluno necessita.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Lei nº 8.069/1990, de 13 de julho de 1990, possui também um artigo falando sobre a garantia das crianças e adolescentes com necessidades especiais nas escolas da rede regular de ensino. Em seu, capítulo IV - Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer, Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: (...) III - "atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;".

O Plano Nacional da Educação, Lei nº 10172, de 9 de janeiro de 2001, que tem como objetivo primordial: "a elevação global do nível de escolaridade da população", traz um adendo falando sobre a Educação Especial, sendo ele:

A educação especial, como modalidade de educação escolar, terá que ser promovida sistematicamente nos diferentes níveis de ensino. A garantia de vagas no ensino regular para os diversos graus e tipos de deficiência é uma medida importante.

[...]

Quanto mais cedo se der a intervenção educacional, mais eficaz ela se tornará no decorrer dos anos, produzindo efeitos mais profundos sobre o desenvolvimento das crianças. Por isso, o atendimento deve começar precocemente, inclusive como forma preventiva.

A meta do Plano Nacional da Educação (PNE) é fazer com que a desigualdade educacional existente em todo o território brasileiro diminua, e o nível de escolaridade aumente. Dentro do PNE existe um capítulo inteiro voltado a discussão sobre a Educação Especial e as metas a serem alcançadas.

O PNE vai ao encontro das mudanças propostas nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no Artigo 2º:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP, 2001).

A escola deve se comprometer em suprir à demanda de atendimento as crianças portadoras de necessidades especiais, visando a educação de qualidade a todas as crianças.

Dentro do Plano de Desenvolvimento da Educação MEC/2007:

Contrariando a concepção sistêmica da transversalidade da educação especial nos diferentes níveis, etapas e modalidades de ensino, a educação não se estruturou na perspectiva da inclusão e do atendimento às necessidades educacionais especiais, limitando, o cumprimento do princípio constitucional que prevê a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e a continuidade nos níveis mais elevados de ensino (2007, p. 09).

A garantia a educação para todos não se resume apenas a educação em nível de educação básica, abrange todos os níveis de educação, indo da educação infantil, ensino fundamental anos iniciais e finais, ensino médio e educação superior.

O Decreto nº 6.094/2007 de 24 de abril de 2007, garante a implementação do Plano de Metas Compromisso a Todos pela Educação, a garantia o acesso e a permanência no ensino regular. Atendimento aos portadores de necessidades educacionais especiais, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas.

Assim, o presente capítulo, procurou, de maneira geral, discutir os principais marcos regulatórios em relação a Educação Especial no Brasil.

Reiteramos que todas as leis são utilizadas na formulação de políticas educacionais voltadas para os alunos que possuem necessidades educacionais específicas.

CAPÍTULO 3

A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES VOLTADA PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL

Neste capítulo abordaremos a formação de professores, com o objetivo de identificar, como a formação inicial e continuada, voltada para a educação especial é alinhavada.

3.1 A FORMAÇÃO DO PROFESSOR NO BRASIL: PRESSUPOSTOS HISTÓRICOS

No Brasil, a partir da década de 1990, a formação de professores para a Educação Básica ganha certa visibilidade devido a Conferência de Jomtien, na Tailândia em 1990, pois segundo os resultados da Conferência, a educação seria a única forma de reduzir a pobreza e promover o crescimento econômico do país. Desse modo houve, no Brasil, uma intensificação de políticas de formação de professores, principalmente com a promulgação da LDBEN 9394/96. Em decorrência da promulgação da lei, instaurou-se um amplo processo de implantação de programas e cursos destinados a formação inicial e continuada dos professores da Educação Básica.

O Ministério da Educação e Cultura (MEC), visando à necessidade de melhoria da educação brasileira, criou o referencial destinado a valorização da formação dos professores, ou seja, algumas questões de discussão foram levantadas referentes à: melhoria do salário e condições de trabalho (BRASIL, 1999). O referencial para a Formação de Professores foi aceito pelo Presidente da República Fernando Henrique Cardoso em 1998, sendo publicado somente no ano de 1999.

Os Referenciais para a Formação de Professores inserem-se nesse movimento, e sua finalidade é provocar e, ao mesmo tempo, orientar transformações na formação de professores. Ao divulgar este documento, a Secretaria de Educação Fundamental dirige-se às Secretarias de Educação - responsáveis por políticas de formação nos estados e municípios-e às agências formadoras-que têm responsabilidade direta sobre a formação e a educação de modo geral. Espera-se que gere reflexões por parte dos formadores de professores e seja usado nos âmbitos de gestão do sistema

educativo e das instituições formadoras, como subsídio para a tomada de decisões políticas. Com essa perspectiva, o presente referencial assume a importância das discussões em torno da formação de educadores, sem perder de vista a necessária articulação com as demais políticas educacionais. (BRASIL, 1999, p.15)

A finalidade dos referenciais é a orientação para que o trabalho do professor seja um caminho de transformações, ou seja, quais são as normativas necessárias que devem ser seguidas para que tenhamos uma formação de professores com qualidade.

Sabe-se que a formação dos professores e a valorização da profissão professor ainda tem um grande caminho a ser percorrido, para que de fato ela seja realizada. Dentro dos Referenciais para a Formação do Professor há um fragmento do texto que diz respeito às experiências que já foram realizadas a formação dos professores:

Entretanto, apesar do empenho de muitos e do avanço das experiências já realizadas, há uma enorme distância - e não apenas no Brasil - entre o conhecimento e a atuação da maioria dos professores em exercício e as novas concepções de trabalho do professor que esses movimentos vêm produzindo. Trata-se, portanto, não apenas de realizar melhor a formação, mas de realizá-la de uma maneira diferente. Tais mudanças exigem, dentre outras questões, que os professores reconstruam suas práticas e, para isso, é preciso "construir pontes" entre a realidade de seu trabalho e o que se tem como meta. (BRASIL, 1999, p. 16).

Ainda nos dias de hoje há uma enorme distância entre o ideal de formação e as experiências já realizadas para a formação dos professores. Desse modo, para que as mudanças sejam realizadas com sucesso é necessária a criação de pontes que ligue a realidade, a prática e as metas a serem alcançadas.

Em relação a formação de professores voltados para a Educação Especial, de acordo com a LDBEN, Lei nº 9.394/96 em seu artigo 59 sobre: "os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais", em seus incisos I e III:

- I- Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender as suas necessidades;
- II- Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do

ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

O professor deve garantir ao seu aluno com necessidades especiais, um currículo aplicável, diferenciado dos demais alunos, métodos de ensino próprios para as suas limitações e que visem o seu desenvolvimento. Independentemente da formação do professor da rede regular de ensino, ele tem o dever de fazer a integração social entre os alunos portadores de necessidades especiais com os demais alunos e escola.

Dentro da LDBEN 9.394/96, em seu título VI Dos Profissionais da Educação:

Artigo 61. A formação de profissional da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e as características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos:

- I- A associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço;
- II- Aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades.

Cabe ao professor independente da etapa de ensino, garantir que o seu aluno receba a aprendizagem que contemple a sua necessidade, o professor deve levar em conta a teoria e a prática necessária para realizar o processo de ensino aprendizagem com os alunos portadores de necessidades especiais. O professor pode contar com as suas experiências para da melhor maneira possível realizar o seu trabalho.

Sobre a formação dos professores dentro da Declaração de Salamanca, existe um subtítulo destinado especificamente ao “recrutamento e treinamento de educadores”, (ESPANHA, DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 10), sobre a preparação...

Preparação apropriada de todos os educadores constitui-se um fator chave na promoção de progresso no sentido do estabelecimento de escolas inclusivas. As seguintes ações poderiam ser tomadas. Além disso, a importância do recrutamento de professores que possam servir como modelo para crianças portadoras de deficiências torna-se cada vez mais reconhecida.

Para que a inclusão do aluno com necessidades especiais aconteça da melhor forma possível é necessário que o professor seja capacitado para suprir

a necessidade do seu aluno. E quando possível, a escola deve conter em seu quadro de funcionários professores com necessidades especiais, servindo ao aluno como exemplo de inclusão e superação das suas necessidades.

O menor desafio reside na provisão de treinamento em serviço a todos os professores, levando-se em consideração as variadas e frequentemente difíceis condições sob as quais eles trabalham. Treinamento em serviço deveria sempre que possível, ser desenvolvido ao nível da escola e por meio de interação com treinadores e apoiado por técnicas de educação à distância e outras técnicas auto-didáticas (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

A escola deve amparar os professores, dando-lhes condições de sempre que possível receber o treinamento com pessoas qualificadas em prol do seu melhor desenvolvimento com a inclusão.

Vindo ao encontro com o Plano Nacional de Educação – PNE (MEC /2000), que aponta a integração entre professores da Educação Especial e da Educação Regular sendo uma ação para efetivação da educação inclusiva. O Art. 8º, por exemplo, dita que [...] as escolas da rede regular de ensino devem prever e prover na organização de suas classes:

- I – professores das classes comuns e da educação especial capacitado e especializado, respectivamente, para o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos;
- II – condições para reflexão e elaboração teórica da educação inclusiva, com protagonismo dos professores, articulando experiência e conhecimento com as necessidades/possibilidades surgidas na relação pedagógica, inclusive por meio de colaboração com instituições de ensino superior e de pesquisa.

Quando há a troca de experiências e conhecimentos entre a professora da rede regular de ensino e a professora da escola especial, ambas caminham juntas para que o aluno portador de necessidades especiais se desenvolva da melhor maneira possível, respeitando as suas limitações e vencendo-as.

A formação do profissional da educação deve inserir-se nesse mundo de mudanças e ser repensada com base nessas novas realidades e exigências da contemporaneidade. É preciso garantir ao futuro professor não só uma incontestável cultura geral, na qual se inclui as diversas vivências na universidade, como também o acesso a outras linguagens e formas de comunicação (BAPTISTA et al. BARRETO, 2008, p. 216).

Quando se idealiza a formação necessária para o professor, deve-se levar em conta que ele não, somente, transmite conhecimentos pré-estabelecidos, mas sim vários outros conhecimentos que fazem parte do currículo oculto.

O preparo de todos os funcionários da escola é o que proporciona o êxito da inclusão. De nada adianta o professor ser capacitado a desenvolver seu trabalho e aqueles que estão no entorno não se apercebem do processo. Crianças com transtornos mentais têm dificuldade de permanecer em ambientes fechados como a sala de aula. Costuma andar pela escola aparentemente sem rumo. Aparentemente porque suas andanças são seu modo de interagir com o ambiente. No momento em que circulam, estão percebendo as dinâmicas e “aprendendo” de modo diferenciado (RAMOS, 2016, p. 42-43).

Deve-se ter em mente que a formação não se restringe apenas ao professor e sim a toda a equipe de funcionários da escola, lembrando que a educação não acontece apenas nos ambientes formais da educação e sim em todos os lugares da escola.

Abanhain (2005) descreve no livro: "Educação Inclusiva: Direitos Humanos na Escola", que...

A inclusão dá muito trabalho, ela não permite que o professor, no primeiro dia de aula, já saiba como serão todas as suas aulas naquele ano, quais os assuntos que ele vai ensinar, quais os exercícios que ele vai passar, quais as provas que ele vai fazer sem dar nenhuma importância ao que está acontecendo com seus alunos. Não é possível aceitar a ideia de que aconteça o que acontecer o conteúdo tem que ser dado (ABANHAIN, 2005, p. 51).

O professor no primeiro dia de aula não tem o dever de saber como vai se dar o seu ano letivo, tão pouco como será a sua metodologia para trabalhar com os alunos inclusos em sua sala de aula. Assim, adaptações curriculares devem ser realizadas, ou seja, o professor pra adaptando a sua prática com a necessidade do seu aluno incluso.

Para Abanhain (2005, p. 50) "a formação continuada é importantíssima, mas ela não pode ser pensada fora de um contexto pessoal – histórico – político – social - econômico". A formação do professor não deve ser apenas teórica, deve ser pensada em um contexto por completo, para que as vivências sejam assimiladas, fazendo a ponte entre teoria e prática.

Ramos ainda nos traz que:

Atualmente, apesar de todo conhecimento disponível ainda é evidente a deficiência do processo educacional brasileiro em geral. Embora, de um panorama histórico, possa se considerar que avanços quantitativos ocorreram, não há qualidade nas escolas, a não ser em um ou outro caso localizado, como em algumas escolas de aplicação (RAMOS, 2016, p. 28-29).

Sabemos que a formação dos professores hoje em dia teve um salto evolutivo enorme se comparado com anos anteriores, mas é necessário que esse avanço continue acontecendo para que a educação das crianças portadoras de necessidades especiais venha acontecer da melhor maneira possível.

A efetivação da proposta de formação do professor nas escolas segundo Mantoan (2003, p. 89) se faz por meio do “reconhecimento e a valorização das diferenças, como elemento enriquecedor do processo de ensino-aprendizagem”; professores conscientes do modo como atuam, para promover a aprendizagem de todos os alunos; cooperação entre os implicados nos processos educativos, dentro e fora da escola; valorização do processo sobre o produto da aprendizagem, enfoques curriculares, metodológicos e estratégias que possibilitem a construção coletiva do conhecimento.

CAPÍTULO 4

ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA METODOLÓGICA

O objetivo deste capítulo é analisar a opinião das professoras em relação ao trabalho com aluno com Transtorno de Espectro Autista. Em um primeiro momento apresentaremos os procedimentos metodológicos da pesquisa. Em um segundo momento, retrataremos a análise de dados coletados por meio do questionário, os quais serão apresentados por meio das seguintes categorias: a) conhecimento sobre a TEA; b) interação do aluno autista com os demais; c) acesso ao laudo médico por parte do professor; d) trabalho diferenciado; e) dificuldades encontradas no trabalho com aluno autista, f) formação voltada a Educação Especial; g) relação ao trabalho voltado com aluno autista.

Para coleta de dados foi solicitado que as professoras respondesse as perguntas:

- 1- Nome completo, idade, tempo de atuação profissional.
- 2- Instituição em que trabalha, caso atue em mais de uma pode especificar:
- 3- Qual foi a instituição em que você cursou a sua graduação? Qual o ano da conclusão do curso?
- 4- Você possui alguma formação voltada a Educação Especial? Se sim, qual tema? Caso não tenha pretende fazer algo sobre esse tema?
- 5- Qual foi a sua primeira reação ao perceber em sua sala de aula um aluno autista?
- 6- Como é o trabalho pedagógico realizado este aluno? Quais são suas principais dificuldades?
- 7- Qual é o grau de receptividade dos demais alunos para com o aluno autista?

- 8- Você teve acesso ao laudo médico do seu aluno? Por quem?
- 9- A equipe pedagógica orienta o trabalho pedagógico que deve ser desenvolvido com este aluno?
- 10-Para você qual a maior dificuldade encontrada ao trabalhar com um aluno incluso na rede regular de Ensino. Você tem tutora para esse aluno? Como encaminha o trabalho pedagógico com a tutora?
- 11-O que você conhece por TEA (transtorno de espectro autista).

4.1 Procedimentos metodológicos

Para a realização da presente pesquisa que tem como tema central o desafio encontrado pelo professor de anos iniciais do ensino fundamental, ao trabalhar com um aluno com transtorno de espectro autista, e tendo como objetivo geral: analisar os desafios encontrados pelo professor na inclusão da criança com transtorno de espectro autista no contexto de Ensino Fundamental anos iniciais, classificamos como uma pesquisa básica, pois gera conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência, porém sem aplicação prática prevista (SILVA; MENEZES, 2005).

Quanto à forma de abordagem do problema trata-se de uma pesquisa qualitativa, pois, para MINAYO (1995, p. 21-22)

[...] a pesquisa qualitativa responde a questões muito peculiares. Ela se preocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ser qualificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Do ponto de vista dos objetivos a pesquisa é exploratória procurando trazer à tona um tema (GIL, 2002). A pesquisa utilizou como procedimento técnico a pesquisa de campo, onde se realizou uma observação de 10 horas

em uma escola da rede pública de ensino municipal da cidade de Ponta Grossa, PR, na turma do 2º ano dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Para LAKATOS (1991, p. 194):

A participação real do pesquisador com a comunidade ou grupo. Ele incorpora-se ao grupo confunde-se com ele. Fica tão próximo quanto um membro do grupo que está estudando e participa das atividades normal deste.

Como instrumento de coleta de dados foi aplicado um questionário para a professora regente de turma, e para a professora co-regente de sala de aula. O mesmo foi elaborado com 11 (onze) questões abertas, que serviram como complemento da pesquisa de campo, para que pudéssemos perceber quais são as percepções das professoras ao trabalhar com aluno com transtorno de espectro autista.

4. 2 Caracterização dos sujeitos da pesquisa

Para que possamos compreender a concepção das professoras pesquisadas, em relação ao trabalho com aluno o aluno com transtorno de espectro autista, se faz necessário contextualizar o perfil destas, para que possamos entender seus posicionamentos.

As duas pesquisadas são do sexo feminino, ambas atuam na mesma escola, trabalham juntas com o 2º ano do fundamental, anos iniciais do fundamental, com o aluno cuja inclusão é o Transtorno de Espectro Autista.

A professora A possui uma experiência maior, pois já concluiu a sua formação acadêmica, possui Pós-Graduação em Psicopedagogia clínica e institucional.

A professora B ainda está cursando a sua Graduação, mas pretende fazer uma "*especialização para possível aprofundamento sobre o assunto*".

4.3 Análise da opinião dos sujeitos da pesquisa

4.3.1 Conhecimento sobre TEA:

Em relação aos sujeitos pesquisados, verificou-se que as mesmas não possuem um conhecimento específico acerca do TEA, conforme relato:

Sei que a criança vive no mundo dela, muitas vezes não se comunica tem movimento repetitivos imite sons fortes. Na maioria das vezes para obter o aprendizado precisam de professora individual (professora A).

O TEA engloba diferentes síndromes marcadas por perturbações do desenvolvimento neurológico (professora B).

Percebe-se que ambas as professoras não possuem embasamento teórico consistente em relação, a Inclusão de seu aluno com Transtorno de Espectro Autista. De acordo com a Declaração de Salamanca:

43. O menor desafio reside na provisão de treinamento em serviço a todos dos professores, levando-se em consideração as variadas e frequentemente difíceis condições sob as quais eles trabalham. Treinamento em serviço deveria sempre que possível, ser desenvolvido ao nível da escola e por meio de interação com treinadores e apoiado a técnicas de educação à distância e outras técnicas auto-didáticas.

A formação continuada dos professores deve ser realizada sempre que possível, pois o conhecimento não deve se restringir apenas a formação inicial do professor pois assim, o mesmo poderá ampliar seu conhecimento acerca das possibilidades didáticas de trabalho pedagógico com o aluno incluso

4.3.2 Interação do aluno autista com os demais.

Quando perguntado as professoras sobre a inclusão entre aluno com Necessidades Especiais e os demais alunos.

Professora A: Os demais auxiliam no cuidado e atendimento. Seguram na mão para leva-lo aos locais e sempre estão por perto.

Professora B: O incluso tem dificuldade de se relacionar com os demais alunos em sala de aula, portanto estou tentando incentiva-lo de alguma forma.

As professoras se contradizem quando questionadas sobre a interação entre o aluno incluso com os demais alunos. GOMES (2012, apud BOSA, 2004, p.196), " O ser humano é um ser social em essência", independentemente da situação o ser humano tem por sua natureza ser sociável, no caso dos alunos inclusos cabe a professora mediar a interação social entre os demais alunos com o aluno Portador de Necessidades Especiais. Então, enquanto professores, devemos favorecer, em sala de aula,

um ambiente de respeito e cooperação entre todos os alunos, independentemente de suas condições físicas e psicológicas.

4.3.3 Acesso ao laudo médico por parte do professor

Ambas as professoras comentaram que não tiveram acesso ao laudo médico do aluno.

Sabemos o quão importante e necessário para o trabalho docente o conhecimento do professor no laudo médico do seu lado, somente assim ele será capaz de realizar um trabalho pensado nas necessidades educacionais do seu aluno.

4.3.4 Trabalho diferenciado

Foi perguntado as professoras se há o trabalho diferenciado com o aluno incluso, e se caso houvesse deveria ser descrito.

Para a professora A: As atividades para o aluno são diferenciadas, pois o mesmo não interage e não entende o currículo do 2º ano.
Para a professora B: O trabalho realizado com o aluno é na comunicação visual, coordenação motora fina e na forma lúdica.

O aluno com necessidades especiais tem o acesso e garantia em estar matriculado nas salas da rede regular de ensino e possuir um planejamento diferenciado dos demais e um currículo que supra as suas necessidades educacionais. Sabemos quão importante é o trabalho diferenciado aos alunos que possuem um ritmo de aprendizagem, diferenciado dos demais. Então se faz necessário que o professor ofereça um trabalho diferenciado para aqueles que necessitam.

4.3.5 Dificuldades encontradas no trabalho com aluno autista

Sabemos que o trabalho realizado dentro de uma sala de aula não é uma tarefa fácil, ao se deparar com uma inclusão o trabalho realizado deve ser dobrado, em prol do desenvolvimento de todos os alunos da sala. Por meio

dessa afirmação, foi perguntado as professoras qual a maior dificuldade que elas encontram ao trabalhar com um aluno incluso no ensino fundamental anos iniciais.

Não acredito que é inclusão o aluno que não fala e não entende o que falamos estar em sala normal. Muitas vezes ele fica nervoso, se morde, grita e anda para todos os lados. É difícil não sofrer e não achar que o aluno sofre (professora A).

A dificuldade encontrada para trabalhar com um aluno incluso é em relação a aprendizagem dele, pois o aluno tem muito pouco conhecimento básico (professora B).

Mais uma vez aqui, percebemos a necessidade da formação inicial e continuada do professor. Muitas vezes, as dificuldades enfrentadas em sala de aula, ocorrem por falta de formação, ou seja, o professor não tem o conhecimento específico para a utilização de metodologias próprias para o trabalho pedagógico com esses alunos.

4.3.6 Formação voltada a Educação Especial

Percebeu-se através do questionário que as professoras não possuem uma formação específica para trabalhar com a Inclusão em sala de aula. Tornando o seu trabalho ainda mais difícil.

4.3.7 Relação ao trabalho voltado com aluno autista.

Para finalizar a pesquisa realizada com as professoras foi perguntado: Quando você se deparou com uma inclusão em sua sala de aula, qual foi a sua reação?

A professora A: Já imaginei que não seria fácil.

A professora B: a minha primeira reação foi tentar conhecer melhor sobre a inclusão do aluno, pois o vínculo do professor é fundamental para ele, assim procuro saber como posso desenvolver um trabalho em sala que favoreça o aluno incluso.

Para Ferrari (2012, p.164) "as atividades com propósitos educativos: são propostas com o acordo e cooperação" sabe-se que a inclusão não é uma tarefa fácil, mas quando é realizado com o auxílio da coordenação pedagógica

e os pais, a inclusão acontece de maneira muito mais fácil e o aluno é o principal contemplado, ou seja, a inclusão é um caminho sem volta, e se nós enquanto educadores não estabelecermos a ponte entre: família, escola, sociedade civil nos sentiremos, com toda certeza, de mãos atadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema autista, ainda nos dias de hoje é um tema que gera muitas discussões a respeito. Podemos agregar a isto, o fato de que muitos ainda desconhecem a sua origem e características, inclusive por parte dos professores, principalmente em relação ao ensino-aprendizagem destes alunos. Assim, é necessário que o professor se instrumentalize, em relação aos meios e técnicas que podem ser utilizados, para o trabalho com as crianças que apresentam o Transtorno de Espectro Autista. A pesquisadora trouxe em sua pesquisa referenciais que falam sobre a formação dos professores, para tanto foi utilizado os seguintes autores: Os referenciais para a Formação de Professores (BRASIL, 1999), Declaração de Salamanca (ESPANHA, DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994), entre outros.

Percebe-se que o papel da escola é fundamental no desenvolvimento social e cognitivo de todas as pessoas com necessidades especiais, mas, de nada adianta a escola fundamental ser inclusiva quando não se tem o trabalho coletivo com a equipe gestora. Ambos precisam trabalhar juntos para que o trabalho pedagógico aconteça e a inclusão de fato aconteça.

Quanto ao quadro clínico do autismo, o avanço das novas tecnologias contribuiu e muito, porém, ainda não existe um diagnóstico exato das causas da síndrome, o tema ainda é novo e causa bastante confusão, mas há várias pesquisas sendo realizadas em prol do diagnóstico precoce da doença.

Assim, podemos destacar que a formação continuada, dos profissionais da educação, é em suma fundamental, pois irá favorecer a discussão, a ambientação do aluno, os meios e as técnicas que poderão ser utilizadas para o trabalho pedagógico diferenciado. A equipe pedagógica da escola, ao receber um aluno com TEA precisa discutir sobre, pois, a inclusão não é somente a garantia da matrícula no ensino regular, mas garantir que esse aluno, dentro das suas possibilidades, tenha progresso na sua aprendizagem e dignidade pessoal.

6- REFERÊNCIAS:

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. DSM IV – Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. **DSM-5 / [American Psychiatric Association]**, tradução Nascimento Maria Inês Corrêa. et al.]; revisão técnica: Cordioli Aristides Volpato. [et al.]. - . Porto Alegre: Artmed, 2014. xlv, 948 p.; 25 cm.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Organização de Alexandre de Moraes. 16.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. **Lei Federal nº. 4024/61**. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 1961. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm> Acesso em: 12/10/2017

_____. **Lei Federal nº. 5692/71**. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 1971. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em: 12/10/2017

_____. **Lei Federal nº. 9394/96**. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em: 30/06/2017

_____. **Resolução CNE/CEB nº. 2 de 11 de setembro de 2001**. Diretrizes nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC, 2001.

_____. **Decreto nº. 3.956 de 8 de outubro de 2001**. Brasília, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm> Acesso em: 13/10/2017

_____. **Lei nº. 8.069 de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1990.

_____. **Lei nº. 10.172 de 9 de janeiro de 2001**. Brasília, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm> Acesso em: 15/10/2017

_____. **Plano Nacional de Educação – PNE**. Ministério da Educação. Brasília, DF: INEP, 2000.

_____. **Documento Final da Conferência Nacional de Educação**. Brasília: MEC, 2007.

BENDER, L.D-**Lisergic Acid in the Treatment of the Biological Features of Childhood Schizophrenia**. Diseases of Nervous System .27, 1956, p. 43-45.

BLEUER, E. **Psiquiatria**. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 1911.

_____. **Psiquiatria**. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 1985.

BOSA, C. A.; HÖHER, S. P. Autismo e Inclusão: Possibilidades e Limites. IN: GOMES, Marcio. **Construindo as Trilhas para a Inclusão**. Petrópolis: Vozes, 2009.

FERRARI, Pierre. **Autismo Infantil: o que é e como tratar**. São Paulo: Paulinas, 2012.

CARVALHO, R. E. A Escola Inclusiva como a que Remove barreiras para a aprendizagem e para a participação de todos. IN: GOMES, Marcio. **Construindo as Trilhas para a Inclusão**. Petrópolis: Vozes, 2009.

KANNER, Leo. **Autistic Disturbances of Affective Contact**. *Nervous Child*, n. 2, 1943. p. 217-250.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos da metodologia científica**. 4ª Reimpressão. São Paulo: Atlas, 1991.

LAURENT, ÉRIC. **A batalha do autismo da clínica à política**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2014.

MACHADO, A. M. BARRETO, M. A. S. C. Dilemas da inclusão na educação básica frente às diretrizes para a formação em pedagogia. In: Adriana Marcondes Machado, et al. (Org.). **Educação Inclusiva: Direitos Humanos na Escola**. São Paulo – Brasília: Casa do Psicólogo – Conselho Federal de Psicologia, 2005, v. 1, p. 1-12.

ONU/UNESCO. (1994). **Declaração de Salamanca**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em 02junho2017.

PIONTELLI, A. **De feto a criança: um estudo observacional e psicanalítico**. Tradução de Joana Wilhelm, Nici Lira Gomes e Sonia Maria Godoy. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

RAMOS, Rosana. **Inclusão na prática: estratégias eficazes para a educação inclusiva**. 3.ed. São Paulo: Summus, 2016.

RAPIN, I. **Autism**. *New England Journal of Medicine*, 337 (2), p. 97-104, 1997.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4.ed. Florianópolis: UFSC, 2005. 138p.

SOLER, Reinaldo. **Educação Física Inclusiva**: em busca de uma escola plural. 2ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2005.

STELZER, Fernando Gustavo. Uma pequena história do Autismo. **Cadernos Pandorga de Autismo**. São Leopoldo/RS, volume, volume 1, Jun. 2010. Disponível em:
<<http://www.pandorgaautismo.org///publicacoes/cadernos-pandorga-de-autismo>>. Acessoem: 02 junho 2017.

YOUNG, R. **Current research in the area of autism and Savant syndrome**. International Education Journal, (2001). Disponível em:<<http://ehlt.flinders.edu.au/education/iej/articles/v2n4/YOUNG/PAPER.PDF>>Acessoem: 22 out 2017.

APÊNDICES



INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR SANT'ANA

FACULDADE SANT'ANA – Recredenciada pela Portaria MEC nº 1473 de 07 de Outubro de 2011.
 INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO SANT'ANA – Credenciado pela Portaria MEC nº 2812 de 3 de

outubro de 2002

Rua Pinheiro Machado, 189 – Ponta Grossa – PR - CEP 84010-310 – (42) 3224-030

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO

PREZADO PROFESSOR

Este questionário faz parte de um Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade Sant'Ana, que tem como temática: O DESAFIO ENCONTRADO PELO PROFESSOR DE ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, AO TRABALHAR COM UM ALUNO COM TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA.

Solicitamos sua valiosa contribuição no sentido de responder às questões abaixo com a certeza que seu nome, bem como o de sua Instituição não serão identificados. Suas respostas serão valiosas para nossa pesquisa.

Agradecemos antecipadamente sua valiosa contribuição.

Atenciosamente,

Gabriela Dias Lopes Brandão
 Acadêmica Pesquisadora

Profª Lucimara Glap
 Orientadora

12-Nome completo, idade, tempo de atuação profissional.

13-Instituição em que trabalha, caso atue em mais de uma pode especificar:

14- Qual foi a instituição em que você cursou a sua graduação? Qual o ano da conclusão do curso?

15- Você possui alguma formação voltada a Educação Especial? Se sim, qual tema? Caso não tenha pretende fazer algo sobre esse tema?

16- Qual foi a sua primeira reação ao perceber em sua sala de aula um aluno autista?

17- Como é o trabalho pedagógico realizado este aluno? Quais são suas principais dificuldades?

18- Qual é o grau de receptividade dos demais alunos para com o aluno autista?

19- Você teve acesso ao laudo médico do seu aluno? Por quem?



outubro de 2002

INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR SANT'ANA

FACULDADE SANT'ANA – Recredenciada pela Portaria MEC nº 1473 de 07 de

Outubro de 2011.

INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO SANT'ANA – Credenciado pela Portaria
MEC nº 2812 de 3 de

Rua Pinheiro Machado, 189 – Ponta Grossa – PR - CEP 84010-310 – (42) 3224-0301

<http://www.iessa.edu.br> - secretaria @iessa.edu.br

APÊNDICE B -

TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Ponta Grossa, ____ de _____ de _____.

Ilustríssimo (a) Senhor (a)

Eu, Lucimara Glap, responsável principal pelo projeto de conclusão de curso operacionalizada pela Acadêmica _____, venho pelo presente, solicitar vossa autorização para realizar este projeto de pesquisa no (a) _____ (Escola Municipal Frei Elias Zulian), para o trabalho de pesquisa sob o título _____

Este projeto de pesquisa atendendo o disposto na Resolução CNS 466 de 12 de dezembro de 2012, tem como objetivo analisar os desafios encontrados pelo professor na inclusão da criança com transtorno de espectro autista no contexto de Ensino Fundamental anos iniciais.

Os procedimentos adotados serão a realização de um questionário com questões relacionadas a temática.

Esta atividade não apresenta riscos aos sujeitos participantes restringindo-se aos sujeitos participantes um eventual constrangimento pelo desconhecimento do assunto ou por não saber o que responder. Os benefícios são reativos a criação de um panorama no que diz respeito as dificuldades encontradas pelo docente para o trabalho pedagógico com o aluno de espectro autista.

Espera-se com esta pesquisa, obter um panorama em relação às principais dificuldades enfrentadas pelo professor do ensino fundamental, frente a inclusão de alunos especiais na rede regular de ensino.

Qualquer informação adicional poderá ser obtida através do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Faculdade Sant'Ana e pelos pesquisadores Lucimara Glap, lucimaraglap@hotmail.com, 42 999269246 e Gabriela Dias Lopes Brandão, gabriela-d-lobes@hotmail.com, (42)999148182.

A qualquer momento vossa senhoria poderá solicitar esclarecimento sobre o desenvolvimento do projeto de pesquisa que está sendo realizado e, sem qualquer tipo de cobrança, poderá retirar sua autorização. Os pesquisadores aptos a esclarecer estes pontos e, em caso de necessidade, dar indicações para solucionar ou contornar qualquer mal-estar que possa surgir em decorrência da pesquisa.

Os dados obtidos nesta pesquisa serão utilizados na publicação de artigos científicos e que, assumimos a total responsabilidade de não publicar qualquer dado que comprometa o sigilo da participação dos integrantes de vossa instituição como nome, endereço e outras informações pessoais não serão em hipótese alguma publicados. Na eventualidade da participação nesta pesquisa, causar qualquer tipo de dano aos participantes, nós pesquisadores nos comprometemos em reparar este dano, e ou ainda prover meios para a reparação. A participação será voluntária, não fornecemos por ela qualquer tipo de pagamento.

Autorização Institucional

Eu, _____
responsável pela instituição _____
declaro que fui informado dos objetivos da pesquisa acima, e concordo em autorizar a execução da mesma nesta instituição. Caso necessário, a qualquer momento como instituição CO-PARTICIPANTE desta pesquisa poderemos revogar esta autorização, se comprovada atividades que causem algum prejuízo à esta instituição ou ainda, a qualquer dado que comprometa o sigilo da participação dos integrantes desta instituição. Declaro também, que não recebemos qualquer pagamento por esta autorização bem como os participantes também não receberão qualquer tipo de pagamento.

Conforme Resolução CNS 466 de 12/12/2012 a pesquisa só terá início nesta instituição após apresentação do **Parecer de Aprovação por um Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos.**

Informamos ainda, que é prerrogativa desta instituição proceder a re-análise ética da pesquisa, solicitando, portanto, o parecer de ratificação do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos desta Instituição (se houver).

Pesquisador	Responsável pela Instituição
-------------	------------------------------

Pesquisador Participante



outubro de 2002

INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR SANT'ANA

FACULDADE SANT'ANA – Recredenciada pela Portaria MEC nº 1473 de 07 de Outubro de 2011.

INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO SANT'ANA – Credenciado pela Portaria MEC nº 2812 de 3 de

Rua Pinheiro Machado, 189 – Ponta Grossa – PR - CEP 84010-310 – (42) 3224-0301

<http://www.iessa.edu.br> - secretaria @iessa.edu.br

APÊNDICE C -

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Nós, Lucimara Glap e Gabriela Dias Lopes Brandão, pesquisadores da Faculdade Sant'Ana, convidamos o (a) Senhor(a) a participar da pesquisa: O desafio encontrado pelo professor de anos iniciais do ensino fundamental, ao trabalhar com um aluno com transtorno de espectro autismo.

O objetivo desta pesquisa é: analisar os desafios encontrados pelo professor na inclusão da criança com transtorno de espectro autista no contexto de Ensino Fundamental anos iniciais.

O (a) senhor (a) receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa e lhe asseguramos que seu nome não aparecerá sendo mantido o mais rigoroso sigilo através da omissão total de quaisquer informações que permitam identificá-lo (a). Sua participação neste estudo é voluntária e se você não quiser mais fazer parte da pesquisa poderá desistir a qualquer momento e solicitar que lhe devolvam o termo de consentimento livre e esclarecido assinado.

A sua participação será através do preenchimento de um questionário com onze questões que tem o tempo estimado de preenchimento de aproximadamente trinta minutos.

Os resultados da pesquisa serão divulgados na Faculdade Sant'Ana podendo ser publicados posteriormente e em nenhum momento seu nome será divulgado. Os dados e materiais utilizados na pesquisa ficarão sobre a guarda do pesquisador.

Os riscos aos participantes são mínimos, restringindo-se eventualmente ao constrangimento pelo desconhecimento do assunto ou por não saber o que responder. Há o risco de o participante não querer expor dados referentes ao seu local de trabalho.

Os benefícios são a criação de um panorama em relação ao trabalho com crianças com Transtorno Autista.

No entanto, nem sempre você será diretamente beneficiado com o resultado da pesquisa, mas poderá contribuir para o avanço científico.

Os pesquisadores Gabriela Dias Lopes Brandão acadêmica de Licenciatura em Pedagogia, telefone: 42 999216020, email: bibi_diaslopes@hotmail.com e Lucimara Glap, professora orientadora, telefone: 4299269246, email: lucimaraglap@hotmail.com, responsáveis por este estudo poderão ser contatados para esclarecer eventuais dúvidas que possa ter e fornecer-lhe as informações que queira, antes, durante ou depois de encerrado o estudo, responsáveis por este estudo poderão ser contatados.

Se você tiver dúvidas sobre seus direitos como participante de pesquisa, você pode contatar Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos –CEP/SANT' ANA pelo Telefone (42) 32240301. O CEP trata-se de um grupo de indivíduos com conhecimento científicos e não científicos que realizam a revisão ética inicial e continuada do estudo de pesquisa para mantê-lo seguro e proteger seus direitos. As informações relacionadas ao estudo poderão conhecidas por pessoas autorizadas Maria Elganei Maciel e Lucio Mauro Braga Machado. No entanto, se qualquer informação for divulgada em relatório ou publicação, isto será feito sob forma codificada, para que a sua identidade seja preservada e seja mantida a confidencialidade. Quando os resultados forem publicados, não aparecerá seu nome, e sim um código.

Quando os resultados forem publicados, não aparecerá seu nome, e sim um código.

Eu, _____ li esse termo de consentimento e compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual concordei em participar. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios e entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem justificar minha decisão.

Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

(Nome e Assinatura do participante da pesquisa ou responsável legal)

Local e data

(Somente para o responsável pelo projeto)

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e

Esclarecido deste participante ou do responsável legal para a participação
neste

estudo.

(Nome e Assinatura do Pesquisador ou quem aplicou o TCLE)

Local e data

Obs: Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o pesquisador responsável e a outra com o participante da pesquisa.

ANEXOS

ANEXO A – RELATÓRIO DOC X WEB

Relatório DOC x WEB: <https://www.docxweb.com>

Título: tccgabriela

Data: Nov 1, 2017 12:05:12 AM

Autenticidade em relação a INTERNET

Autenticidade Calculada: **90%**

Autenticidade Total: 71 %

Ocorrência de Links

Ocorrência	Link
12%	http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2015-pdf/17237-secadi-documento-subsidiario-2015
10%	http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/direitoaeducacao.pdf
8%	http://www.webartigos.com/artigos/a-educacao-especial-no-brasil-e-os-aspectos-pedagogicos/78097/
8%	http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2010-pdf/4249-volume-02-final
8%	http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2014-pdf/16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014
8%	http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/786-2.pdf
8%	http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=16690&itemid=
8%	http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf
8%	http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacional.pdf
8%	http://www.planetaeducacao.com.br/portal/conteudo_referencia/o-professor-e-a-educacao-inclusiva.pdf
7%	http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf
6%	http://pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/1915_1032.pdf
6%	http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file
6%	http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ensaiospedagogicos.pdf
5%	http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/experienciaseducacionaisinclusivas.pdf
5%	http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=17212&itemid=
5%	http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/716/ritamonografia.pdf?sequence=1
5%	http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revinclusao5.pdf
5%	http://www.ppe.uem.br/dissertacoes/2009_lucyanne.pdf

5% http://www.oneesp.ufscar.br/josi_dissertacao

5% <http://www.vestcon.com.br/ft/14344.pdf>

5% http://www2.unemat.br/revistafaed/content/vol/vol_19/artigo_19/33_55.pdf

5% <http://www.unisalesiano.edu.br/biblioteca/monografias/48824.pdf>

4% <http://apasp.com.br/images/seminario/apresentacao.ppt>

4% http://portalantigo.mpba.mp.br/atuacao/educ/educacaoinclusiva/artigos/educacao_inclusiva_entre_ideal_realidade.pdf

4% <http://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/7801-educacao-inclusiva-analise-de-trajetorias-e-praticas-pedagogicas.pdf>

4% http://bento.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/20100611100471luciana_dantas_andrade.pdf

4% <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1462-8.pdf>

4% <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf>

4% <http://unifra.br/eventos/sepe2012/trabalhos/6381.pdf>

3% http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/posdistancia/41391.pdf

3% <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>

3% http://www.cursosonline.com.br/product_downloads/m/curso_a_incluso_da_crianca_com_sndrome_87807.pdf

3% <http://www.stf.jus.br/portal/constituicao/constituicao.asp>

3% http://docs.uninove.br/arte/fac/publicacoes_pdf/educacao/v5_n1_2014/ana_paula.pdf

3% <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1462-6.pdf>

3% <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2496-6.pdf>

3% <http://catolicaonline.com.br/revistadacatolica2/artigosv1n2/21-pos-graduacao-01.pdf>

3% <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2496-8.pdf>

3% http://www.crmariocovas.sp.gov.br/Downloads/ccs/concurso_2013/PDFs/resol_federal_04_14.pdf

3% https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

2% http://serra.multivix.edu.br/wp-content/uploads/2013/04/a_contradicao_entre_a_politica_de_inclusao.pdf

2% <https://inclusaoja.com.br/legislacao/>

2% <http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/1273/jocielitcc.pdf?sequence=1>

2% http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

2% <http://docplayer.com.br/6834601-uma-pequena-historia-do-autismo.html>

2% <https://cassiuschess.files.wordpress.com/2013/01/apostila-constituicao-federal-comentada-pelo-stf.pdf>

2% http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb006_07.pdf

2% http://www.regimeproprio.com.br/perguntao.rpps.janeiro_2013.htm

Texto Pesquisado

RESUMO

O autismo é caracterizado **na maioria das vezes pela ausência** da fala e interação com os outros, movimentos repetitivos atípicos. Estas e outras **características podem levar a um isolamento contínuo da** criança, com a sua família e o mundo a sua volta. Hoje em dia existem várias pesquisas **sobre a inclusão dos alunos com necessidades especiais no contexto** das escolas de ensino regular, **oportunizando a essas crianças o** convívio com outras da mesma **faixa etária, constituindo-se num espaço de aprendizagem e de desenvolvimento.** A inclusão dos alunos com necessidades **especiais em salas de ensino regular,** se tornou **uma prática cada vez mais evidente** nos dias de hoje. Pensando na formação do professor **para melhor atender as necessidades do** seu aluno **especial, odireito a educação é assegurado** por várias leis, sendo **algumas delas: Constituição Federal -1988, LDBEN- 9.394/94, Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno de Espectro Autista – 12.764- 2012.** Desse modo **a presente pesquisa tem por finalidade** analisar os desafios encontrados pelo professor **na inclusão da criança com transtorno** de espectro autista no contexto **de Ensino Fundamental anos iniciais.**

1

INTRODUÇÃO

A temática apresentada não é recente, mas ainda suscita muitas **discussões no campo acadêmico por** caracterizar-se **como uma das principais dificuldades** enfrentadas pelo docente no seu espaço de atuação.

Assim, **a referida pesquisa tem como objetivo** geral, analisar o desafio enfrentado pelo professor **na inclusão da criança com transtorno** de espectro autista, no contexto de Ensino **Fundamental anos iniciais. O tema** pesquisado **busca ampliar os conhecimentos e** compreensão do tema abordado, por parte da pesquisadora, visando o aperfeiçoamento pessoal e profissional a respeito da temática.

Parte-se do pressuposto que toda criança, indistintamente, tenha assegurado as mesmas condições **de acesso, permanência e sucesso** escolar, Assim **e de acordo com a Constituição da** República Federativa do Brasil-1988, em todo contexto **social deve-se:**

Assim, conforme a Constituição, as crianças especiais devem ter a sua **permanência garantida nas escolas** da rede regular de ensino, visando a igualdade de cidadania e buscando **a qualificação para o trabalho. A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN) 9394/96** em seu artigo 59 também traz asseguro aos alunos especiais a condição do aprender, dentro de suas limitações. Assim, por meio, da LDBEN 9.394/96 a escola deve assegurar **que o aluno com deficiência tenha um** currículo diferenciado, **que atenda às necessidades individuais** do educando e essa questão está ligada intrinsecamente **a forma como o professor direciona** seu planejamento. Para tanto, também se faz **necessário a compreensão desse universo.**

A presente pesquisa terá como finalidade **o enriquecimento profissional e** pessoal da pesquisadora e o seu aprimoramento sobre a temática de inclusão de alunos com TEA no contexto **de Ensino Fundamental. Assim, a pesquisa** contribuirá com a comunidade acadêmica, pois, o tema abordado, ainda é, tema de muitas dúvidas.

2

REVISÃO

DE

LITERATURA

2.1. CONTEXTO HISTÓRICO DO TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISMO

Neste primeiro capítulo abordaremos as questões históricas relativas ao Transtorno de Espectro Autista, contextualizando historicamente a origem da palavra AUTISMO e outras abordagens referentes à temática. De todas as doenças neurológicas já descritas, podemos afirmar que foram poucas as que causaram, e ainda causam, tanta confusão quanto o autismo. **Podemos atribuir isto ao fato de** que, ainda, não existem **exames capazes de determinar o diagnóstico** do autismo, pois o diagnóstico é realizado, somente, com base na avaliação médica e na **observação do comportamento da criança/** adulto (STELZER, 2010).

Os portadores da síndrome de espectro autista, ainda nos dias de hoje, recebem os mais **diferentes diagnósticos médicos**, e isso se deu por conta da dificuldade **de um diagnóstico precoce e preciso**, sendo eles: transtorno **obsessivo-compulsivo**, **personalidade** esquizoide, **esquizofrenia**, **transtornos de humor**, deficiência mental isolada. O quadro clínico **do autismo já foi bem descrito e** caracterizado, manifestando-se **por comprometimento do relacionamento** social, por repertório **repetitivo e estereotipado de comportamentos**, por dificuldades **de linguagem e por insistência em determinadas** rotinas não **funcionais**.

Segundo BENDER (1959, p.43- 45) a origem da palavra Autismo vem do grego: "autos" significa "próprio" mais tarde descrito como: "pessoa em que vive em seu próprio mundo, uma pessoa isolada, **reclusa**".

As manifestações do autismo são extremamente **variáveis, como na maioria das vezes** indo do extremo com ausência de desenvolvimento **da linguagem, retraimento social** importante e dependência nas **atividades de vida diária, até mesmo** aqueles que frequentam e concluem o ensino superior atingindo certa desenvoltura social, **mantendo algumas dificuldades de comunicação e de interação** social.

Essas variáveis **podem causar em algumas pessoas** um certo estranhamento. Mas, a deficiência mental não é uma das **características diagnósticas para** o autismo. **Da mesma forma, os savants , autistas que desenvolvem habilidades especiais, são extremamente raros. As manifestações** estão presentes sempre **na infância, geralmente antes dos** trinta meses. Esta condição **persiste durante toda a vida do** indivíduo, geralmente **modificando-se ao longo dos anos** (RAPIN, 1997; DSM-IV-TR, 2005).

Outro pesquisador da área da Psicanálise é o Frances Éric Laurent **que traz em seu livro "A batalha** do Autismo", outro atributo aos savants, buscando a diferenciação dos **outros** autismos **existentes:**

Os autistas savants são pessoas com habilidades superiores aos demais **autistas, mas, são incapazes de colocar-se** no lugar de outra pessoa e assim ter **uma compreensão sobre o que está** ocorrendo a sua volta. Stelzer, 2010, p. 6 nos **relata que:**

É perceptível que, havia uma dificuldade em descrever **as características das crianças** Autistas, muitas vezes caracterizando-as crianças como crianças esquizofrênicas, ou com **alguma outra deficiência mental**.

Outro importante fato que **contribuiu para o diagnóstico do** Autismo, foram as pesquisas realizadas por **DeSanctis descritos por (KANNER, 1971** apud STELZER, 2010, p. 7).

Percebeu-se que as crianças não mantinham apenas um padrão de necessidades especiais e sim um aglomerado de sintomas, podendo ser: **deficiência mental, deficiência intelectual**, alterações neurológicas, e outros. Historicamente, o primeiro pesquisador /psiquiatra a usar o tema autismo foi EugenBleuler. Ele descreveu um grupo de sintomas que é relacionado a esquizofrenia,

a palavra **AUTISMO** vem do grego “autos” o que significa **EU**. **Mais tarde surge o psiquiatra** austríaco **Leo Kanner**, **Kanner traz a definição** de autismo em 1943 no seu artigo intitulado: **“Distúrbios autísticos do contato afetivo” (Autisticdisturbancesofaffectivecontact”**, p.217/250).

As pessoas que são chamadas autistas são crianças que não têm os critérios básicos para estabelecer relações com o outro, podendo ter como característica o um atraso na linguagem, sabendo-se que nos casos mais severos a linguagem não acontece, tendo a incapacidade de lidar com a comunicação, **com o outro e com o meio em que** está inserido, apresenta **agitação e movimentos involuntários** repetidos. Kanner (1943) ressalta que a principal **característica dessas crianças é**, o “isolamento autístico”, que está presente **na criança desde o início da vida**. Kanner juntamente com o pesquisador Eisenberg descrevem o que se tratava então de um **“distúrbio inato” (Eisenberg e Kanner, 1954, p.54,55)**. Quando Kanner (1943) **escolhe o tema “AUTISTA”, ele mostrava** a importância **que queria atribuir à noção de afastamento** social. Infelizmente, o conceito de autismo atribuído por Bleuler (1911), foi fonte de confusão, pois para o autor, o conceito de autismo **e de esquizofrenia, se referem a** um “retraimento ativo no imaginário”.

Ao mesmo tempo o Austríaco Hans Asperger, psiquiatra de Viena, publicou o seu artigo: “Autisticpsychopathy in Childhood” (**Psicopatologia autista da infância**), o seu artigo só foi **traduzido do alemão para o inglês** 48 anos após **a sua publicação, devido aos acontecimentos** a Segunda Guerra Mundial (STELZER, 2010).

O que nos chama a atenção é o fato de que, ambos, já descreveram o comportamento infantil das crianças analisadas de maneira quase que **idêntica**. **Asperger descreve em seu** artigo os meninos **com: “inteligência preservada e com desenvolvimento** da linguagem normal”, mas que “representavam comportamento autista e comprometimento importante **de habilidades sociais e de comunicação”** (ASPERGER, 1943, apud STELZER, 2010, P. 12). Desse modo analisa descrevendo onze crianças com as características de autistas, dessas onze crianças três delas não falavam nada e as outras tinham um comprometimento na fala (STELZER, 2010).

Asperger coloca algumas características sendo fundamentais para o diagnóstico clínico (STELZER, 2010):

As características descritas acima por Asperger são até hoje observadas **para a realização do diagnóstico clínico** das crianças **com características de Transtorno** de Espectro Autista. Podemos observar assim o quão importante ele se tornou para o diagnóstico do autismo.

O conceito inicial para a denominação da Síndrome **de Asperger foi desenvolvido por Van Krevelen**, em 1963; por LornaWing, em 1981 **e, mais recentemente, por Christopher** Gilberg, em 1998 (BERNEY, 2004, apud STELZER, 2010, p. 13).

Dentro da história do autismo podemos observar que foram empregadas muitas nomenclaturas **para se denominar o que temos hoje** por Autismo. O autismo para muitos estudiosos era denominado como:

O autismo descrito inicialmente por Asperger **sofreu grandes alterações até que** pudesse ser classificado com mais uma síndrome **que compunha o Autismo, atualmente** sabemos que o Autismo é uma palavra que abrange várias **outras doenças neurológicas, sendo** titulada como **Transtorno de Espectro Autista (TEA)**.

Com base nas pesquisas realizadas por Kanner (1943) e Asperger (1943), podemos dizer que o Autismo Infantil não é apenas a condição neuropsiquiátrica da infância. E sim um aglomerado **de características que seguem sempre** um padrão. **Ainda não se sabe exatamente a causa** do autismo, mas o crescente estudo acima do tema **aponta que há fortes indícios que** o autismo infantil esteja ligado diretamente com os fatores **biológicos**.

Para Laurent (2014, p.19), "a pedra angular [...] consiste em permitir que cada criança elabore, com seus pais, um caminho próprio". Sendo fundamental para a criança/adolescente a participação dos seus pais na escolha dos melhores caminhos a se percorrer para a vida adulta. **Levando em consideração** a incrível variedade de sintomas que o denominado espectro autismo abarca". Não esquecendo que cada criança tem as suas peculiaridades. Portanto é necessária a sensibilidade dos pais para perceber que o seu filho necessita de um olhar diferenciado em prol do seu melhor desenvolvimento. Assim surge nos anos de 1990 surge um novo conceito referente a inclusão: A partir de meados do século 90, observou a necessidade de inclusão dos alunos com necessidades especiais, na rede regular de ensino, em prol do melhor desenvolvimento social e interativista com os demais alunos ditos "normais". Atualmente, de acordo com o DSM-IV-TR² (APA, 2002, apud, GOMES, 2012),

De acordo com o DSM-IV-TR o autismo mais uma vez caracterizado pela falta de interação social, comunicação e comportamento atípico. A rotina é extremamente importante para o autista, quando não cumprida da maneira que ele quer o resultado é catastrófico.

2.2 INCLUSÃO MARCOS LEGAIS

Neste segundo capítulo abordaremos os marcos legais que reiteram o direito à aprendizagem das pessoas com deficiência no Brasil e no mundo. Pois, a inclusão das pessoas com deficiência no ambiente escolar, é uma maneira de garantir seu direito à cidadania. São muitos os instrumentos normativos que contribuem para a validação dos direitos da pessoa com necessidades especiais no âmbito nacional e internacional, dentre eles podemos destacar:

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) que assegura nos artigos 1º, 2º, e 7º que De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos todos os seres nascem livres e iguais em questão de direitos. Sendo esses, assegurados independentemente de cor, sexo, raça, língua, religião. Não podendo ser expostos a qualquer tipo de discriminação, em relação à pessoa com deficiência esses direitos também são sustentados legalmente podendo ser usufruídos com Total Liberdade.

Em relação a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) percebe-se que, o atendimento educacional às pessoas com deficiência passou a ser garantido pela 1ª LDBEN.

A LDBEN nº. 4.024/61, enfatiza o direito dos "excepcionais" à educação, sendo preferencialmente ofertada nos sistemas regulares de ensino. Com a elaboração da segunda LDBEN Lei nº. 5.692/71, que altera o texto de lei da primeira LDBEN (4.024/1961), há uma nova definição no Artigo 9º: "tratamento especial" para os alunos com "deficiências físicas, mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação", uma vez discute a inserção dos alunos com algum tipo de necessidade especial nas salas de aula da rede regular de ensino.

Desse modo, a Constituição Brasileira, de 1988 em seu artigo 3º, inciso IV, postula que se deve "Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, e qualquer outra forma de discriminação" e, no seu artigo 206, inciso I, estabelece a "igualdade de condições de acesso e permanência na escola", sendo reforçado no artigo 208 "como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de

ensino". Sendo inicialmente **garantido pela Constituição Federal** dos Direitos Humanos, o ingresso **dos alunos portadores de necessidade especiais na rede regular de ensino**. Podemos dizer **que esse foi um importante marco** para a garantia **da educação para todos, independentemente** das suas condições físicas, psicológicas ou neurológicas.

Outro importante marco na história da Educação Especial **é a Declaração Mundial sobre Educação** para todos (1990) que ocorreu em Jomtien, Tailândia do dia 5 a 9 de março de 1990 **que teve como principal objetivo: "satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem"**, completando o objetivo temos os adendos;

No texto da referida declaração **podemos perceber a preocupação em** ofertar uma educação de qualidade para todos, respeitando e oportunizando **as pessoas portadoras de algum tipo** de necessidade especial. A educação deve ser primeiramente ofertada **na rede regular de ensino, e, quando necessário** o aluno deve fazer o acompanhamento **também em outras instituições de** ensino especializado, **afim, de estar atendendo todas as** necessidades que o aluno possua.

Ainda falando **na Declaração Mundial sobre a Educação para todos** no seu artigo **3º expressa-se a vontade de "universalizar** o acesso à educação e promover a equidade", em seu adendo nº 1- "A educação básica deve ser proporcionada para todas as crianças, jovem e adulta e, para tanto, **é necessário universalizá-la e melhorar** a qualidade ofertada, **bem como tomar medidas efetivas para reduzir as desigualdades"**. E no item nº 5, enfatiza-se que **"É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo"**. Este é mais um importante documento que assegura a educação para todos, Nessa mesma linha, a Declaração **de Salamanca (1994) ratifica o compromisso** com a Educação para Todos **e aponta para a necessidade de "todas** as pessoas, **inclusive aquelas com necessidades educativas especiais,** estarem incluídos no sistema comum de educação".

A presente declaração reafirma a necessidade da educação para todos, sendo **inclusas na rede regular de ensino, pois: Sendo assim** descrito acima, afirma-se **que todas as crianças têm direito à** Educação, sendo amparadas por **mais esta lei não levando em consideração** o tipo de necessidade que apresentam. Os alunos **com necessidades especiais devem ter** acesso à escola regular, quando **possível, sendo asseguradas por um** planejamento diferenciado, em busca de garantir-lhes uma educação significativa e de qualidade.

Em relação a nomenclatura "pessoa **com deficiência"**, a **Declaração de Salamanca** (1994, p. 2) retrata que, Dessa maneira, todas **as crianças e adolescentes que apresentam** alguma deficiência têm o direito de estar matriculado e frequentando **à sala de aula do ensino regular,** recebendo o atendimento especializado **suprindo as suas necessidades.**

De acordo com **a resolução: CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001** **A inserção dos alunos com necessidades** especiais é garantida por lei **desde a educação infantil, até o ensino** médio, contemplando assim **todos os níveis da educação básica.**

Esta Declaração foi **promulgada pelo Decreto 3.956 de** oito de 2001, **pelo Presidente da república do Brasil,** nos seguintes modelos: **Aprovado pelo Congresso Nacional** em 2001 o texto **da Convenção Interamericana para a eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência por meio do Decreto Legislativo,** reforça a ideia de que deve-se **eliminar qualquer forma de discriminação** ou preconceito ainda existente **em relação as pessoas com deficiência.**

Outro fator importante no contexto da Legislação da Educação Especial e a formação do professor, visando isso a Declaração de Salamanca 1994 propõe: Com base na Declaração citada acima, é importante saber que **os profissionais da educação que** atendem os alunos portadores de alguma necessidade especial, **tenham formação específica para** tal, buscando suprir as necessidades que o seu **aluno** necessita.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Lei nº 8.069/1990, de 13 de julho de 1990, possui também um artigo falando sobre a **garantia das crianças e adolescentes** portadores de deficiência nas escolas da rede regular **de ensino**. Em seu, capítulo IV - Do Direito à Educação, **à Cultura, ao Esporte e ao Lazer, Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: (...) III - "atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente** na rede regular **de ensino;"**.

O Plano Nacional da Educação, Lei nº 10172, de 9 de janeiro de 2001, que tem como objetivo primordial: **"a elevação global do nível de escolaridade da população"**, trás um adendo falando **sobre a Educação Especial, sendo ele** A meta do Plano Nacional da Educação (PNE) é fazer com que a desigualdade educacional existente em todo o território brasileiro diminua, **e o nível de escolaridade aumente**. Dentro do PNE **existe um capítulo inteiro voltado** a discussão sobre a Educação Especial e as metas a serem alcançadas. O PNE vai ao encontro das mudanças propostas **nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação** Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no **Artigo** 2º:

A escola deve se comprometer **em suprir a demanda de atendimento** as crianças **portadoras de necessidades especiais,** visando a educação **de qualidade a todas** as **crianças**.

A efetivação da proposta de formação do professor nas escolas segundo **Mantoan (2003, p. 89) se faz por meio** do reconhecimento e a valorização **das diferenças, como elemento enriquecedor** do processo **de ensino-aprendizagem; professores** conscientes **do modo como atuam, para promover a aprendizagem** de todos os alunos; cooperação entre **os implicados nos processos educativos,** dentro e fora **da escola; valorização do processo** sobre o produto da aprendizagem, enfoques **curriculares, metodológicos e estratégias que** possibilitem **a construção coletiva do conhecimento**.

Desta forma, a formação continuada em serviço se faz necessária e urgente, visto que responde às exigências **das transformações sociais, devendo** acontecer **por meio de uma formação sólida,** ampla e rica e experiências.

Dentro **do Plano de Desenvolvimento da Educação** MEC/2007

A garantia a educação para todos não se resume apenas a educação em nível de educação básica, abrange todos os níveis de educação, indo **da educação infantil, ensino fundamental** anos iniciais e finais, **ensino médio e educação superior**.

O Decreto nº 6.094/2007 de 24 de abril de 2007, garante a implementação do Plano de Metas Compromisso a Todos pela **Educação, a garantia o acesso e a** permanência no ensino regular. **Atendimento aos portadores de necessidades educacionais especiais, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas** públicas.

Assim, o presente capítulo, procurou, de maneira geral, discutir os principais marcos regulatórios **em relação a Educação Especial no** Brasil. Reiteramos que todas as leis **são utilizadas na formulação de** políticas educacionais voltadas para os alunos **que** possuam **necessidades educacionais** específicas.

2.3 FORMAÇÃO DOS PROFESSORES:

No Brasil, a partir da década de 1990, **a formação de professores para a**

Educação Básica ganha certa visibilidade devido a **Conferência de Jomtien, na Tailândia** em 1990, pois segundo os resultados da Conferência, a educação seria a única forma de reduzir a **pobreza e promover o crescimento econômico** do país. Desse modo houve, **no país, uma intensificação de políticas** de formação de professores, **principalmente com a promulgação** da LDBEN 9394/96. **Em decorrência da promulgação da lei**, instaurou-se um amplo **processo de implantação de programas** e cursos destinados a **formação inicial e continuada dos professores da Educação Básica**. **O Ministério da Educação e Cultura** (MEC), visando à **necessidade de melhoria da educação** brasileira, criou o referencial destinado a **valorização da formação dos professores**, melhora do salário e condições de trabalho (BRASIL, 1999). Os referenciais para a Formação de Professores **foi aceito pelo Presidente da República** Fernando Henrique Cardoso em 1998, sendo publicado somente no ano de 1999.

A finalidade dos referenciais é a orientação para **que o trabalho do professor seja** um caminho de transformações, não podendo ser fechado apenas nesse referencial, mas sim sendo um caminho **para as discussões sobre a formação** do professor. Sabe-se **que a formação dos professores e** a valorização da profissão professor ainda tem um grande **caminho a ser percorrido, para que** de fato ela seja realizada. Dentro dos Referenciais para a **Formação do Professor há um fragmento** do texto que diz respeito às experiências que já foram realizadas a **formação dos professores:**

Ainda nos dias de hoje há uma enorme **distância a ser percorrida entre** o ideal de formação e as experiências já realizadas **para a formação dos professores**. Desse modo, **para que as mudanças sejam realizadas** com sucesso é necessária a criação **de pontes entre a realidade, a prática** e as metas **a serem alcançadas**.

Em relação a formação de professores **voltados para a Educação Especial**, de acordo com a LDBEN, Lei nº 9.394/96 em seu artigo 59 sobre: “os **sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais**”, em seus **incisos**

I e III:
O professor deve garantir ao seu **aluno portador de necessidades especiais**, um currículo aplicável, diferenciado dos demais alunos, métodos **de ensino próprios para as suas** limitações e que visem o seu desenvolvimento. **Independentemente da formação do** professor da rede regular de ensino, ele tem o dever de fazer a **integração social entre os alunos** portadores **de necessidades especiais com os** demais alunos e escola.

Dentro da LDBEN 9.394/96, em seu **título VI Dos Profissionais da Educação** Cabe ao professor independente da etapa de ensino, garantir que o seu aluno receba pelo à aprendizagem **que contemple a sua necessidade**, o professor deve levar em conta a teoria e a prática **necessária para realizar o processo** de ensino aprendizagem **com os alunos portadores de necessidades especiais**. O professor **pode contar com as suas experiências** para da melhor maneira possível realizar o **seu trabalho**.

Sobre a formação dos professores **dentro da Declaração de Salamanca**, existe um subtítulo destinado especificamente ao “**recrutamento e treinamento de educadores**”, (**ESPANHA, DECLARAÇÃO DE SALAMANCA**, 1994, p. 10), sobre a preparação..

Para que **a inclusão do aluno portador de necessidades** especiais **aconteça da melhor forma possível** é necessário **que o professor seja capacitado para** suprir a necessidade do seu **aluno**. **E quando possível a escola** deve conter em seu quadro de professores exemplos de professores com necessidades especiais, servindo ao aluno como exemplo de inclusão e superação das suas **necessidades**.

A escola deve amparar os professores, **dando-lhes condições de sempre que**

possível receber o treinamento com pessoas **qualificadas em prol do seu melhor desenvolvimento** com a inclusão. Vindo de encontro **com o Plano Nacional de Educação – PNE** (MEC /2000), **que aponta a integração entre professores da Educação Especial e da Educação Regular sendo uma ação para efetivação da educação inclusiva.** O Art. 8º, por exemplo, dita que [...] **As escolas da rede regular de ensino devem prever e prover na organização de suas classes** Quando há a troca de experiências e conhecimentos entre a professora da rede regular de ensino e a professora da escola especial, ambas caminham juntas para que o aluno portador **de necessidades especiais se desenvolva** da melhor maneira possível, respeitando as suas limitações e vencendo-as. Quando pensada na formação necessária para o professor, deve-se levar **em conta que ele não transmite apenas conhecimentos pré estabelecidos e sim vários outros** conhecimentos que fazem parte do currículo oculto.

Deve-se ter em mente que a formação **não se restringe apenas ao professor** e sim a toda **a equipe de funcionários da escola**, lembrando que a educação não acontece apenas **nos ambientes formais da educação** e sim em todos os lugares da escola.

Abanhain descreve no livro: "**Educação Inclusiva: Direitos Humanos na Escola**", que...

O professor no primeiro dia de aula não tem o dever de saber como vai se dar o seu ano letivo, tão pouco como será a sua metodologia para trabalhar com a inclusão em sua sala de aula. o professor deve ir adaptando a sua pratica com a necessidade do seu **aluno portador de necessidades especiais.**

Para Abanhain (2005, p. 50) "a formação continuada é importantíssima, mas ela não pode ser **pensada fora de um contexto pessoal** – histórico – político – social - econômico". **A formação do professor não deve** ser apenas teórica, deve **ser pensada em um contexto por completo**, para que as vivencias sejam assimiladas, **fazendo a ponte entre teoria e pratica.**

Ramos ainda nos trás: Sabemos que a formação dos professores hoje em dia teve um salto evolutivo enorme **se comparado a anos atras, mas é necessário que esse avanço continue acontecendo** para que a educação d **as crianças portadoras de necessidades especiais venha acontecer da melhor maneira possível**

ANEXO B – PLATAFORMA BRASIL

FACULDADE SANT'ANA



DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O DESAFIO ENCONTRADO PELO PROFESSOR DE ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, AO TRABALHAR COM UM ALUNO COM TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA.

Pesquisador: Lucimara Glap

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 69533917.1.0000.5694

Instituição Proponente: ASSOCIACAO MISSIONARIA DE BENEFICENCIA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.130.951

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Licenciatura em Pedagogia, bastante relevante, que investiga sobre a postura do professor de ensino fundamental anos iniciais, frente ao trabalho com crianças com transtorno de espectro autista.

Objetivo da Pesquisa:

Analisar os desafios encontrados pelo professor na inclusão da criança com transtorno de espectro autista no contexto de Ensino Fundamental anos iniciais.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

As pesquisadoras apresentam os possíveis riscos: do participante não se dispor a responder e expor os dados referentes ao seu espaço. Bem como os benefícios, que se configuram como: a criação de um panorama da formação dos professores que pode servir de base à alterações em projetos de curso ou à criação de disciplinas específicas de formação de professores para trabalhar com alunos com Transtorno Espectro Autista.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa se faz relevante pois objetiva analisar o desafio enfrentado pelo professor na inclusão da criança com transtorno de espectro autista, no contexto de Ensino Fundamental anos iniciais

Endereço: Rua Pinheiro Machado - nº 189

Bairro: CENTRO

CEP: 84.010-310

UF: PR

Município: PONTA GROSSA

Telefone: (42)3224-0301

E-mail: cep@iessa.edu.br

Continuação do Parecer: 2.130.951

ampliando os conhecimentos e compreensão do tema abordado, visando o aperfeiçoamento profissional do professor frente à essa necessidade.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos necessários e exigidos, para que a pesquisa se efetiva, aparecem de forma clara.

Recomendações:

Recomenda-se que tenha em vista o manual de elaboração de trabalhos acadêmicos Faculdade Sant'Ana, bem como a ABNT, para ajustes que dizem respeito à metodologia científica. Bem como recomenda-se revisão ortográfica. O que não compromete o desenvolvimento da pesquisa, mas que se faz necessário para a sua apresentação.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O presente parecer é favorável à pesquisa.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_917624.pdf	08/06/2017 20:56:42		Aceito
Outros	autorizacaoinstitucional.pdf	08/06/2017 20:56:16	Lucimara Glap	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEGabriela.doc	07/06/2017 16:29:08	Lucimara Glap	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PreprojetoGabriela.docx	07/06/2017 16:01:45	Lucimara Glap	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	07/06/2017 15:34:40	Lucimara Glap	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Rua Pinheiro Machado - nº 189

Bairro: CENTRO

CEP: 84.010-310

UF: PR

Município: PONTA GROSSA

Telefone: (42)3224-0301

E-mail: cep@iessa.edu.br

FACULDADE SANT'ANA



Continuação do Parecer: 2.130.951

PONTA GROSSA, 21 de Junho de 2017

Assinado por:
Analia Maria de Fátima Costa
(Coordenador)

Endereço: Rua Pinheiro Machado - nº 189**Bairro:** CENTRO**CEP:** 84:010-310**UF:** PR**Município:** PONTA GROSSA**Telefone:** (42)3224-0301**E-mail:** cep@iessa.edu.br